



SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2023

ATA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas vinte horas e trinta minutos, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 – Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 21 de dezembro de 2022;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Relatório Anual de Atividades do ano de 2022, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Conhecimento.

2.3 - Discussão e votação da prorrogação do prazo, até 3 de abril de 2023, da transferência de competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro e posterior comunicação à DGAL;

2.4 - Discussão e votação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas – Reordenamento de Trânsito na Vila de Santar;

2.5 - Discussão e votação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas - Alteração de Sentidos de Trânsito na Vila de Nelas;

2.6 - Discussão e votação do projeto de Regulamento para isenção de derrama no ano de 2023, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2023;

2.7 - Discussão e votação do projeto de Regulamento do Banco Local de Ajudas Técnicas - Sistema de Atribuição de Ajudas Técnicas no Município de Nelas e Logotipo;

2.8 - Discussão e votação da Proposta de projeto de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Nelas;

2.9 - Discussão e votação da Proposta de preços/tarifas a cobrar dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, com as respetivas Fundamentações Económico-Financeiras;

2.10 – Discussão e votação da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023;

2.11 - Designação de Cidadãos Eleitores para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Senhoras e Senhores Deputados.

Os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Câmara, à Senhora Vice-Presidente e aos Senhores Vereadores.

E muito boa noite também para todas as pessoas que estão a acompanhar-nos no Auditório.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Antes de fazermos a chamada, há aqui duas, ou três questões que gostaria de colocar previamente.

A primeira é manifestar o meu agradecimento ao Senhor Jorge Loio. Muito obrigado pelo trabalho que tem desenvolvido, não só ao serviço da Câmara, mas também ao serviço da Assembleia Municipal, uma vez que esta é a sua última intervenção nos trabalhos. Queria deixar-lhe o meu agradecimento e naturalmente de toda a Assembleia e desejar-lhe muitas felicidades no seu novo trabalho na Proteção Civil.

A segunda questão prende-se com o facto de uma comunicação feita pelo Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, que disse que, por questões profissionais, não poderia estar. E, então, pediu a sua substituição e a justificação da falta. Ora, como fez isto apenas há 48 horas não houve possibilidade de o substituir. Vou-lhe apenas fazer a justificação da falta.

A terceira questão prende-se com o facto da renúncia da Senhora Ex-Deputada, ou Deputada Maria José Cabral, que disse que não pretende continuar ao serviço da Assembleia Municipal e temos que eleger a sua substituta. E a sua substituta é a Senhora Professora Eugénia Brás de Figueiredo.

Portanto, antes de avançarmos mais, íamos dar posse à nova Deputada. A Senhora Primeira Secretária lerá, naturalmente, a tomada de posse.

A Senhora Primeira Secretária, Maria José Serol de Brito Correia:

ATA AVULSO

TOMADA DE POSSE DE EUGÉNIA DA CONCEIÇÃO SILVEIRA BRÁS DE FIGUEIREDO

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, no Edifício Multiusos de Nelas, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas, compareceu Eugénia da Conceição Silveira Brás de Figueiredo para tomar posse como Membro Efetivo do Grupo Parlamentar da Coligação Mudar, Está nas Mãos de Todos – PPD/PSD-CDS/PP.

A Senhora Maria José Figueiredo Paiva e Sousa Cabral, Membro Efetivo da Coligação Mudar, Está nas Mãos de Todos – PPD/PSD-CDS/PP, apresentou renúncia ao mandato, ao abrigo da Lei e nos termos do artigo 54.º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Nos termos do artigo 55.º, do mesmo Regulamento, tomou posse Eugénia da Conceição Silveira Brás de Figueiredo como Membro Efetivo da Assembleia Municipal de Nelas pelo Grupo Parlamentar da Coligação Mudar, Está nas Mãos de Todos – PPD/PSD-CDS/PP.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhora Professora, faz favor. Termo de Posse.

A Senhora Professora Eugénia Figueiredo:

TERMO DE POSSE

Eu, Eugénia da Conceição Silveira Brás de Figueiredo, abaixo assinada, juro pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções em que fui investida.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Desejo-lhe um bom trabalho. Pode ocupar o seu lugar já como Deputada.

A Senhora Professora Eugénia Figueiredo:

- Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A Senhora Primeira Secretária vai, então, fazer a chamada dos Senhores Deputados Municipais.

(A Senhora Primeira Secretária procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A Senhora Primeira Secretária:

- Há uma falta justificada do Senhor Deputado Augusto Borges da Silva e do Senhor Deputado Jorge Manuel Tavares Abreu. (Veio mais tarde)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ora, então, faltam dois.

Então, feita a chamada, passamos ao ponto n.º 1 - Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 21 de dezembro de 2022. A ata foi remetida a todos os Senhores Deputados. Tem 53 páginas. Naturalmente que a leram com cuidado. Perguntava aos Senhores Deputados se têm alguma questão a colocar relativamente à última ata da Assembleia Municipal. Ninguém?

Então, podemos pôr à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Então, está aprovada por maioria, com duas abstenções das Senhoras Deputadas Ana Carla Luzio e Eugénia Figueiredo porque não estavam presentes. Então, é aprovada com 24 votos a favor e 2 abstenções.

Então, passamos ao ponto n.º 2, do Período de Antes da Ordem do Dia, que é Leitura do Expediente que consta da correspondência recebida e correspondência expedida.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 15 de dezembro de 2022, da Senhora Deputada Ana Carla Luzio, informando que não estará presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal, agendada para o dia 21 de dezembro de 2022;

- E-mail, datado de 23 de dezembro de 2022, da Senhora Deputada Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral, informando que apresenta a sua demissão de Membro deste Órgão Municipal;

- Ofício n.º 20, datado de 22 de dezembro de 2022, do Gabinete de Sua Ex.^a o Presidente da Assembleia da República, acusando a receção da missiva referente à proposta de criação da Freguesia de Aguieira;

- Ofício n.º 21, datado de 22 de dezembro de 2022, do Gabinete de Sua Ex.^a o Presidente da Assembleia da República, acusando a receção da missiva referente à proposta de criação da Freguesia de Moreira;

- E-mail, datado de 31 de janeiro de 2023, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Pedido de designação cidadãos eleitores para a CPCJ de Nelas;

- E-mail, datado de 31 de janeiro de 2023, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Envio de Relatório da CPCJ de Nelas do ano de 2022;

- Ofício n.º 1312, datado de 17 de fevereiro de 2023, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 24 de fevereiro de 2023.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 19/2022, datado de 22 de dezembro de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 21 de dezembro de 2022;

- Ofício n.º 20/2022, datado de 22 de dezembro de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia da República, enviando a proposta de criação da Freguesia de Aguieira;

- Ofício n.º 21/2022, datado de 22 de dezembro de 2022, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia da República, enviando a proposta de criação da Freguesia de Moreira;

- Ofício n.º 22/2022, datado de 30 de dezembro de 2022, enviado à Ex.m.^a Senhora Eugénia da Conceição Silveira Brás de Figueiredo, convocando-a para integrar o Grupo Parlamentar da Coligação Mudar, Está nas Mãos de Todos, desta Assembleia Municipal, em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

virtude da Senhora Deputada Maria José Figueiredo Paiva e Sousa Cabral ter renunciado ao mandato de Membro desta Assembleia Municipal;

- Ofício n.º 01/2023, datado de 14 fevereiro de 2023, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2023;

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Os Senhores Deputados também receberam esta listagem. Saliento apenas os dois mais importantes, que se trata da receção da desagregação das duas novas Freguesias, que foram enviadas à Assembleia da República e estão para apreciação na 13.ª Comissão, na Assembleia da República. Alguém quer pôr alguma questão sobre esta correspondência expedida, ou não? Não.

Passamos ao ponto n.º 3 do Período de Antes da Ordem do Dia - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.).

Senhores Deputados: quem quiser pedir alguma informação, ou algum esclarecimento, ou alguma recomendação, ao Senhor Presidente da Câmara, faz favor de se inscrever. Então, Senhor Professor António Borges, Senhor Deputado João Paulo e Senhor Deputado Rui Costa. Três. Se, entretanto, alguém quiser mais algum esclarecimento. Senhor Professor, faz favor.

O Senhor Deputado Professor António Borges:

- Senhor Presidente da Câmara,
Senhor Presidente da Assembleia,
Senhores Vereadores Municipais,
Ex.m.ª Mesa,
Senhores Deputados Municipais,
Ex.m.º Público.
Muito boa noite.

Ora, o assunto que me trás aqui hoje é dos pequeninos. É uma situação que se prende com o funcionamento do Parque Infantil de Nelas, Parque do Areal. No início deste mês fui, por acaso, com o meu neto ao Parque e verifiquei que as casas de banho estão, totalmente, vandalizadas.

É papéis queimados no chão. São os tubos dos esgotos arrancados. São as torneiras partidas. São os vidros partidos. Isto aconteceu no primeiro fim-de-semana de fevereiro. Hoje, vim à Câmara, depois, quando fui para casa, ia a pé, passei por lá para ver o que é que tinha acontecido. Está, exatamente, na mesma situação, senão, pior. Quer dizer que, durante este mês, ninguém foi às casas de banho do Parque Infantil. Ninguém fez nenhum serviço lá de limpeza, de arranjos, de nada.

Para além disso, também havia já um escorrega, o mais pequeno, já pinchado com uma série de porcarias, que eu hoje não reparei se estava, ou não, continuado porque só fui mesmo ver as casas de banho. Portanto, agradecia que vissem porque um miúdo, se precisar de ir à casa de banho, não tem nenhuma condições de lá ir. Isto, pensava que havia alguém que tomasse conta daquilo. Mas não. Ninguém lá vai. Portanto, isto é uma certeza porque há um mês que está assim.

Outra situação, já que estamos a falar em equipamentos de parques infantis, era o Parque Infantil que começaram a fazer junto à minha casa, portanto, mesmo ali na Quinta das Flores. Começaram a fazer um Parque Infantil, até é engraçado, pequenino, mas é engraçado. Começaram a pôr os equipamentos, mas, para aí, há um ano que está na mesma situação. A estrutura dos baloiços está lá, mas não estão lá os baloiços. Os escorregas, está lá um, mas aquilo, não sei o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

é que se passou, o que é que, mas o que é verdade é que, como está, não serve a ninguém. Qualquer dia, começam a vandalizá-lo também.

É outra situação que não sei se, de facto, o Parque Infantil não é para continuar, uma vez que era uma obra que vinha do anterior Regime, como eu costumo dizer. E, se ficou parado por algum motivo de falta de verbas, ou de trabalhos a mais. Não faço ideia. Mas uma coisa é certa: Também não podemos agora, pelos trabalhos a mais, ou por falta de verbas, pararmos tudo e deixarmos as coisas a meio porque, francamente, o que está a acontecer com o Parque Infantil está a acontecer com todas as outras obras. Ou pararam. Ou andaram para trás. A única que ainda se vai vendo a mexer é aqui a Avenida. As outras não passaram do papel. E, se passaram, acabaram.

Não, eu não tenho andado por Nelas. Quer dizer, o que é certo é que não vejo nenhuma, basta ler a Informação do Senhor Presidente para ver que não há nenhuma obra acabada. Portanto, é verdade que têm que ter feito alguma coisa. É lógico. Mas a velocidade já tem sido tão pouca que, se calhar, a situação económica que herdaram não terá sido também tão grave que impeça de se fazer seja o que for. Parece que, como se vê nos jornais, todo o mal do mundo vem pela situação económica herdada. Não me parece que isso seja uma verdade. Parece-me que há aqui uma certa inércia que está a ser desculpada com a situação herdada. E temos de dar a volta a isto. Senão, não chegamos a lado nenhum.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Presidente da Câmara depois responderá no final de todos. Senhor Deputado João Paulo, faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Ora boa noite,

Boa noite Senhor Presidente da Assembleia e Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara e Executivo.

Senhores Vereadores.

Membros da Assembleia.

E Caríssimo Público.

Trago aqui uma Moção sobre a Linha da Beira Alta e a largada de passageiros. Pelo menos, vou fazer aqui, da minha terra, puxar um bocadinho a brasa à minha sardinha.

Considerando que na ligação de Coimbra-Guarda-Coimbra, voltando atrás, pela Linha da Beira Alta, devido às obras em curso, o transporte ferroviário foi substituído pelo transporte rodoviário, mantendo os mesmos horários e paragens do comboio.

Considerando que, neste momento, as ligações de Serviço Regional, entre as duas Cidades, estão asseguradas por autocarros no sentido Guarda – Coimbra e Coimbra – Guarda, com paragem na Lapa do Lobo às 06:05 horas e 11:05 horas e no sentido inverso, 18 horas e um quarto e 20:25 horas.

Considerando que a população da Freguesia da Lapa do Lobo desloca-se com frequência a Coimbra para realizar exames e tratamentos médicos, assim como para tratar de diversos outros assuntos e recorrem, normalmente, ao transporte no horário das 06:05 horas, ou 06:10 horas, que aquilo nunca vem certo em Lapa do Lobo, que lhes permite, muitas vezes, resolver os seus assuntos da parte da manhã e assim regressando cedo a casa.

Considerando que o transporte com saída de Coimbra às 12:16 horas, para quem usa o das 06:05 horas, não pára na Lapa do Lobo, mas apenas em Oliveirinha, ou Canas de Senhorim, obrigando estas pessoas, muitas com problemas de mobilidade e idade avançada, a deslocarem-se a pé para a Lapa do Lobo, ou, então, alugarem um táxi, ou, então, a terem de recorrer a boleias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Considerando que o transporte com saída de Coimbra às 12:16 horas não tem que fazer nenhum desvio, na medida em que passa na Lapa do Lobo, o mesmo poderia e deveria largar os passageiros na Lapa do Lobo e não apenas em Oliveirinha, ou em Canas de Senhorim.

Assim, a Assembleia Municipal de Nelas, reunida no dia 24 de fevereiro de 2023, delibera:

1 – Intervir junto do Governo, nomeadamente, do Ministro das Infraestruturas, para, nas atuais circunstâncias em que funciona o transporte de passageiros na Linha da Beira Alta, solicitar que decida, pelos meios necessários, sobre a paragem do autocarro que sai de Coimbra às 12:16 horas, na Lapa do Lobo.

2 - Intervir junto do Governo, nomeadamente, do Ministro das Infraestruturas, para que tenha em consideração esta necessidade da população da Lapa do Lobo aquando da reabertura da Linha da Beira Alta e circulação dos comboios.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sim, Senhor. Muito obrigado Senhor Deputado João Paulo. Eu perguntava, tratando-se de uma Moção, tem que ser votada, se procedemos já à votação. Se esta é apenas uma Moção pelo Senhor Deputado da CDU, ou se os outros Grupos Parlamentares também se associam a ela. Também se associa o Partido Socialista. A Coligação? Sim, ou não? Também.

Então, se a pusermos a votação será aprovada por unanimidade. Mas vamos pôr. Não é? Portanto: Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade. Depois, o Senhor Presidente da Câmara, no final, se quiser pronunciar-se sobre ela, poderá fazê-lo, de seguida.

Então, Senhor Deputado Rui Costa, faz favor de ir à Tribuna.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia.

Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhora Vereadora e Senhores Vereadores.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Estimado Público.

Apraz-me aqui tecer algumas considerações sobre algumas intervenções anteriores.

Quanto à parte económica, todos nós sabemos como é que estava. Já falámos várias vezes. Portanto, acho que nem é posta em questão.

Depois, questionar se as obras são feitas, se as obras não são feitas, eu penso que este Executivo, a primeira coisa que tem que fazer e que fez, foi analisar a situação financeira, ponderar as obras em execução, as obras projetadas e as obras que quer realizar. E, só assim, conseguimos levar a bom porto os objetivos que se predispôs fazer.

Obras em execução: Muitos contestam porque é difícil ser cá em Nelas, mas as obras da Avenida João XXIII estão em andamento. Obras até do anterior Executivo, projetadas pelo anterior Executivo e que foram cumpridas e que foram decididas fazer pelo atual.

Outras obras, porque é assim: as obras de vulto, estratégicas, têm que ser estudadas e têm que ser analisadas e candidatas para Fundos Comunitários porque há Fundos Comunitários, se calhar, que, se não forem acatados devidamente, corremos o risco depois, ou de não os ter, ou de os ter e depois devolver. Não é?

É assim: Obras, promessas eleitorais, arranjo do Largo do Escanção, concebido por este Executivo e realizado e concluído. Não andamos aqui a fazer duas inaugurações, tipo, o depósito. Não sei se se recordam, foi inaugurado e que nem casas de banho tinha, nem as terras tinha, terras,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

digo terras elétricas. Portanto, isso é que são, se calhar, inaugurações de coisas que não estão concluídas. Deveremos ter em contas essas situações.

Depois, agradecer, realmente e foi-me pedido por várias pessoas, até de Canas de Senhorim, que este ano viram que houve publicitação do Carnaval. As pessoas são mais aguerridas em Canas de Senhorim e nós sabemos disso, do que em Nelas. E levam muito em conta essa situação. E que, realmente, houve publicitação no Carnaval. Algo que não tinham já há muitos anos.

Mas se quiser, pode aqui vir falar, Senhor Deputado. Para não ficar com a boca aberta, vem aqui falar. Está bem? E peço para que não me interrompa.

Então, o Carnaval este ano, depois de dois anos de pandemia, voltou às ruas e voltou em força. Realmente, as Associações estão de parabéns. As Instituições da terra ficaram bem na fotografia. E o Carnaval de Nelas, se calhar, tem futuro.

Lançava também aqui um repto a este Executivo que, se calhar, repensar os moldes como o Carnaval é feito, nem só em apoios, como também em dinamizações de ações porque, realmente, muitas têm sido feitas. E há várias formas e no ano passado viu-se que, mesmo em pandemia, se conseguiu sair com o Carnaval. No ano anterior foi em facebook e etc., etc. Portanto, deveríamos repensar e colocar Nelas no Coração do Dão. E Nelas no Coração do Dão não é só o vinho, não é só o queijo, os enchidos, mas também as tradições que temos.

Algumas são mais antigas. Outras são mais recentes. Mas, solicitava a este Executivo que criasse uma Comissão. Desculpem, eu não gosto de dizer Comissão porque quem faz Comissões é para não fazer nada. Mas que criasse um Grupo de Trabalho que acompanhasse, se calhar, esta situação. E, mais uma vez, agradecer às Associações do Cimo do Povo, do Bairro da Igreja, do Rossio e do Paço e outras que também intervieram, nesta altura do Carnaval, elas, realmente, dignificaram o nome do Concelho de Nelas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Parece-me que há mais uma intervenção do Senhor Deputado João Alfredo Ferreira.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Boa noite Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Na sua pessoa, cumprimento a Mesa.

Muito boa noite Senhor Presidente da Câmara. Na sua pessoa, igualmente, cumprimento os Senhores Vereadores.

Senhores Deputados.

Ex.m.º Público.

O que me trás aqui hoje são duas propostas, que deixo, uma primeira, da qual irei falar apenas umas pequenas palavras. E aquilo que me trás cá é um sentimento de que alguém que muito deu, por vezes, a esta terra, a estas gentes e em que muitos de vós aprenderam muito com ele, praticamente, àqueles a quem ele mais deu e de quem foi Colega, foi quase condenado ao ostracismo e nem sequer falaram nele, nem se quer se dignaram, como se diz, uma pequena palavra de apoio. Eu senti isso como Colega dele e por isso é que e levou a esta revolta e, nomeadamente, não como Concidadãos, porque esses não souberam, mas mais com quem ele trabalhou.

Portanto, o primeiro ponto que aqui me trás é um Voto de Pesar e vou lê-lo:

VOTO DE PESAR



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Professor Manuel Afonso Ribeiro da Costa, apesar de não ser natural do Concelho de Nelas, tomou a nossa Vila como suam tendo exercido funções docentes até à reforma na Escola Preparatória de Nelas, mais tarde designada Escola EB 2.3 Dr. Fortunato de Almeida.

Na reforma escolheu continuar a viver em Nelas. E, só, ultimamente, foi viver para o Seixo da Beira.

Professor e Cidadão de trato fácil, sempre bem-disposto, deixou nos seus Colegas, Alunos, Auxiliares de Ação Educativa, Amigos e restante população marcas de referência como Profissional competente, Cidadão íntegro, generoso e solidário.

Foi, em conjunto com alguns Nelenses, o Fundador do ABC, uma das agremiações desportivas de referência, quer a nível Local, Regional e Nacional.

Pelo atrás exposto é da mais elementar justiça a aprovação, por esta Assembleia, de um Voto de Pesar em homenagem à vida e à memória do Professor Manuel Afonso Ribeiro da Costa.

A minha segunda proposta tem a ver com aquilo que vivemos hoje. Faz hoje, precisamente, um ano que a ofensiva militar da Rússia na Ucrânia causou até agora, além de milhares de mortos, entre civis e militares, a fuga de mais de 14 milhões de pessoas.

A ONU classifica esta crise de refugiados como a pior da Europa desde a segunda guerra mundial. Além de esta guerra afetar todo o mundo, são os países da Europa, tal como nós, os mais afetados devido à sua proximidade geográfica.

Pelo que proponho a esta Assembleia que seja feito um minuto de silêncio pelas vítimas da guerra da Ucrânia, demonstrando, assim, a nossa solidariedade para com o Povo Ucrâniano.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu perguntava ao Plenário se há alguma objeção à aprovação, por esta Assembleia, do Voto de Pesar pelo falecimento do Manuel Afonso Ribeiro da Costa. Ninguém tem nada contra? Não.

Quanto à segunda proposta apresentada pelo Senhor Deputado João Alfredo Ferreira penso que ninguém também terá nenhuma objeção a levantar e então iríamos guardar de pé um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da guerra da Ucrânia.

(Assim, foi feito um minuto de silêncio.)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, muito obrigado a todos. (Palmas)

Então, não havendo mais pedidos de inscrição, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que entendesse às intervenções dos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Obrigado Senhor Presidente.

Muito boa noite a todos.

Cumprimento, naturalmente, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Assembleia e as Secretárias, bem como a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta e o Estimado Público.

Dizer-vos que, antes de responder às perguntas e às questões que foram levantadas, dizer-vos que foi distribuído pelos Senhores um prospecto, que é um novo prospecto de promoção territorial do nosso Concelho que foi atualizado com algumas das questões e das apostas da promoção territorial. E dizer-vos que, desde o texto, desde o layout, desde a remissão da parte que tem a ver a remeter agora para questões mais funcionais e tecnológicas com os qr-codes que estão instituídos e são remetidos para lá, onde, desde toda a vertente turística importante do Concelho e tudo que são atividades de promoção territorial, que visam, não só a nossa afinidade territorial, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

um lado, enquanto Municipais, mas, naturalmente, que visam a captação de novos Municipais e de turistas e visitantes para o nosso território, que gerem valor, mais-valia e desenvolvimento e prosperidade acrescida para o nosso Concelho.

Dizer-vos também, nesta questão, que na próxima semana, o Município estará, uma vez mais, representado no maior certame de turismo do País, num grande evento de promoção territorial que é a BTL, a Bolsa de Turismo de Lisboa, que decorre de 1 a 5 de março, onde o Município estará, como habitualmente, representado no seio da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, da qual faz parte, juntamente com outros 13 Concelhos.

Dizer-vos ainda que o dia atribuído ao Concelho, em particular, porque os Concelhos, depois têm um dia de promoção territorial, é no dia 3, na sexta-feira. E este ano, este desdobrável tem também um enquadramento porque será apresentado o Plano Estratégico para o Turismo no Concelho de Nelas, que será o início de um Projeto que nós submetemos do que a Coligação de candidatura, que era conceber um Plano Estratégico para o Turismo do Concelho que, com as potencialidades enormes que o Concelho tem em muitas vertentes ser ele todo potenciado.

E, aqui, até pegava no que disse o Senhor Deputado Rui Costa, o Slogan Coração do Dão não se cinge, naturalmente, ao vinho, nem à fileira da vinha e do vinho. O Coração do Dão é remissivo, sim, para o maior produto endógeno do nosso Concelho, que é o vinho e tudo o que está a si associado, à vinha. Mas também o Enoturismo, cada vez mais, tem uma vertente económica e empregadora muito forte no nosso Município. Mas também dizer que o Coração do Dão é a nossa posição geográfica. Somos o Coração do Dão da Região também do Dão. E é nessa dupla afirmação que o Slogan se afirma, não só enquanto vinho e a fileira do vinho e da vinha, mas também um Concelho com Termalismo, com Turismo Cultural, Patrimonial, Turismo de Natureza, Turismo Industrial, produtos endógenos, Setor Empresarial, o Empreendedorismo, o Associativismo, a fixação da população, particularmente, os Jovens, as atividades que os Jovens promovem e desenvolvem, o Coração do Dão é mesmo isso.

É o Coração do Dão, geograficamente e o Coração do Dão enquanto bater do pulsar de uma Região que o nosso Município se afirma nesse segmento. E, portanto, o Coração do Dão tem uma abrangência muito maior do que essa que possa ser só significativa com a fileira da vinha e do vinho.

Dizer-vos, então, concluindo ainda a componente da BTL, dizer-vos que esse Plano Estratégico é as linhas orientadoras. É apresentado com a metodologia que vai haver. Vai haver consulta pública. Vai ser apresentado aqui na Assembleia Municipal para haver contributos. O objetivo não é ser um documento estanque, nem uma apresentação, meramente, do Executivo, mas ter o contributo de todos para haver, de alguma forma, ser revista lá, nesse documento, nós nos revermos, quer das forças político partidárias, quer a Sociedade em geral, no documento.

Dizer-vos ainda que depois haverá um momento onde haverá uma agremiação da Gastronomia como o vinho, na afirmação do que é o Plano Turístico que tem muito a ver com a Restauração, com a Hotelaria, com o Enoturismo, com os Produtores Vitivinícolas, com o Setor Empresarial fortíssimo que nós temos também e a harmonização que disso possa também ser feita.

A harmonização é feita, este ano, com o Restaurante Zé Pataco e com o Enólogo Carlos Raposo, que fará a harmonização do vinho com o que for confeccionado à base dos produtos endógenos do nosso Concelho pelo Restaurante Zé Pataco.

Terá um momento cultural com a Contracanto também. E, por isso, estão todos convidados. É na sexta-feira, dia 3, a partir das 18:00 horas, na BTL, em Lisboa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Dizer-vos ainda, antes de responder e com a benevolência do Senhor Presidente, onde listarei, somente, duas, ou três coisas muito rápidas, para dizer, somente, duas, ou três questões também.

Carnaval: Dizer também que foi aprovado hoje um Voto de Louvor para os Carnavais do Concelho. E comecemos por aquele que é um Carnaval que nos merece uma estima em particular, nós, não Executivo, nós todos, certamente, que é o Carnaval da Criança com a participação dos Agrupamentos, com a particularidade de um trabalho meritório e muito entusiasta dos Professores. O mérito é deles, dos Professores, dos Educadores e das Crianças e dos Pais que acompanharam, naturalmente. E, portanto, a todos eles e aos Agrupamentos em particular, esse Voto de Louvor.

E o Voto de Louvor às Associações Carnavalescas. Nós temos a felicidade de ter neste Concelho dois Carnavais, em Canas de Senhorim e em Nelas. Carnavais diferentes, mas que eu continuo a achar que se complementarizam e são ofertas diferenciadoras. Nós, neste périplo dos Carnavais, onde passamos num, no mesmo dia vamos ao Carnaval de Canas de Senhorim e vimos ao Carnaval de Nelas, ou vice-versa, também nos demos conta, como qualquer um dos Senhores, excetuando os que, naturalmente, estão a desfilar, que há muito carro a acompanhar, a fazer, rigorosamente, a mesma volta. O que quer dizer que muitos dos que vêm visitar os Carnavais, visitam um e aproveitam para visitar o outro também. Uns fixam-se só num, é verdade. Mas há também quem visite os dois Carnavais.

Os dois Carnavais são complementares. São importantes. E é um regozijo muito grande termos quatro Corsos, termos milhares de desfilantes e dezenas largas de milhares de visitantes. É o evento maior de promoção territorial do nosso Concelho, da nossa Cultura, das nossas tradições, da ancestralidade, da perpetuação da memória coletiva dos nossos Povos do nosso Concelho, com a envolvimento, direi, de todas as Freguesias, dos dois Carnavais e nos Carnavais da Criança.

Falar, ainda, rapidamente, que foi apresentado ontem o Projeto Rota dos Vinhos, onde o Município faz muito e muito bem parte.

Enfatizar aqui uma questão que é importante, que tem a ver com o trabalho desenvolvido pela Juventude, por uma Associação, que é a Interioriza-te, que tem feito um trabalho notabilíssimo no que é uma boa perspectiva de fixação da população dos Jovens também no Interior e das oportunidades que proporciona. Fez um evento fantástico. E um Protocolo que foi feito com uma Associação também de Jovens, que é a Rural Move, a nível nacional também. E dizer-vos que o Município tem um interesse total em colaborar para conseguir um desiderato maior, que não é fácil, de continuar a captar e a fixar Jovens no seu território.

Dizer ainda que estão a ser firmados protocolos com o Instituto Politécnico de Viseu. Já foram feitas as primeiras reuniões e, brevemente, será apresentado o protocolo. Mas já foram firmados também com o Departamento do Ambiente e com o Turismo, com áreas diversas de intervenção que tem a ver com mais-valias que serão criadas e, oportunamente, divulgadas, inclusivé num ponto da Ordem de Trabalhos da próxima Assembleia para desenvolvermos isto com mais propriedade.

Dizer-vos ainda que a Proteção Civil, também, a reunião da Comissão já foi feita este ano para uma visita ao território, uma visita técnica que contou com o Senhor Comandante Distrital, o Miguel Ângelo, com todas as iniciativas e as alterações e a preparação, digamos assim, do ano civil da Proteção Civil.

Dizer ainda que o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil está a ser, ou vai ser atualizado com os Bombeiros, a Proteção Civil e as Juntas de Freguesia, uma vez que, conforme uma reunião que houve com a CCDR, com os Ministérios da Agricultura, da Coesão Territorial e da Administração Interna, tudo o que tem a ver com as linhas de financiamento da Proteção Civil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

têm que estar consignados neste Plano sob pena de o que não estiver contemplado não poder ser candidatado.

Dizer ainda que tivemos uma visita de trabalho, uma reunião de trabalho com o Senhor Coordenador, o Responsável da Modernização da Linha da Beira Alta, o Senhor Vice-Presidente da Infraestruturas de Portugal, o Senhor Eng.º Carlos Fernandes, bem como dos restantes Diretores da empreitada da Modernização da Linha da Beira Alta, mais tarde, se isso se proporcionar, falaremos sobre isso, onde participaram os sete Membros da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

E, portanto, foi um périplo sobre a Modernização da Linha da Beira Alta. Há algumas questões que não estão salvaguardadas, que gostaríamos que ficassem salvaguardadas. O acompanhamento que foi feito com a Linha da Beira Alta e que se for caso disso e se proporcionar num outro ponto, desenvolveremos mais sobre esta questão.

Estão a decorrer, como já feita, numa primeira vez, em 2022 e agora em 2023, um périplo pelas Freguesias do nosso Concelho, que não está concluído. Só vai estar concluído agora também até ao final de fevereiro, início de março.

Os Encontros Municipais de Cultura, que foram reativados o Conselho Municipal da Educação, o Conselho Municipal da Juventude. Há também este Conselho Municipal de Cultura, digamos assim, que reúne as Associações Culturais do Concelho e que já tem reunido. E será, brevemente, constituído o Conselho Municipal de Saúde, até no âmbito do que é a delegação de competências.

E dizer que também está a funcionar o Projeto de Promoção do Sucesso Educativo, que é uma Equipa Multidisciplinar, que está a fazer e vai fazer, seguramente, um trabalho notabilíssimo, que é um anseio grande dos Agrupamentos e da Comunidade Escolar do nosso Município, que tem vários profissionais, dois Psicólogos, Assistentes Sociais, Mediadores Familiares, dois Terapeutas da Fala, porque é cada vez mais importante com as problemáticas das Necessidades Educativas Especiais que vamos tendo na nossa Comunidade Escolar.

E também a visita que tivemos do Senhor Adjunto do Ministro da Saúde com as questões relacionadas com a delegação de competências da Saúde e, naturalmente, com todas as questões que gostaríamos e queremos ver resolvidas, desde logo e de uma forma muito lapidar, a aprovação das candidaturas ao PRR das Unidades de Saúde Familiar de Canas de Senhorim e de Nelas, do prolongamento do horário do funcionamento, do funcionamento efetivo dos Pólos de Saúde, bem como da fixação dos Quadros e dos rácios para não serem, naturalmente, esquecidos e para o funcionamento, para além do alargamento, funcionar também durante o sábado da parte da manhã. E, inclusivé, a disponibilidade para que os Quadros dos Médicos que um está em substituição, mas queremos ver resolvido, seja contemplado.

Voltando, agora, obrigado à benevolência do Senhor Presidente por estes pontos muito breves, às questões, tentando ser também o mais rápido possível. Parque Infantil do Areal, dizer ao Senhor Deputado António Borges que agradecemos, naturalmente, esta sinalização. Estas e outras. Eventualmente, o que não esteja, devidamente, efectuado, está o registo. Vamos providenciar isso. Não devia acontecer. Portanto, vamos, obviamente, reparar isso e evitar que seja feito. Não obstante, isso e tem a ver com a morosidade, há uma coisa que nós nunca vamos conseguir, infelizmente, repor, que é a falta de civismo e as barbáries cometida por mão criminosa e invisível, às vezes até visível. Mas, naturalmente, quando a reposição das coisas é mais morosa merece o reparo e, naturalmente, ser corrigido.

Dizer ainda que no que concerne ao Parque Infantil do Bairro das Flores, dizer que o Parque Infantil do Bairro das Flores não é uma iniciativa do Município que quis fazer ali um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Parque Infantil. Isto é uma contrapartida do que poderia ser feito porque houve um loteamento que, como o Senhor Professor Borges sabe também, houve um loteamento que foi feito. Houve a insolvência, digamos assim, da empresa. E, portanto, digamos, do que havia de caução do que podia ser feito como contrapartida, digamos assim, em termos de equipamento seria, numa primeira instância, fazer aquele equipamento que não está concluído, mas está decorrente do que é uma contrapartida de uma caução que o Executivo teria também direito.

No que concerne às obras, Professor Borges, quando nós temos, em quase todas as empreitadas do anterior Executivo, prorrogações na casa da dezena, quando falamos de coisas paradas e que demoram a ser executadas, é complicado, particularmente, quando o Senhor Deputado Professor Borges acompanhou isso durante os 8 anos do Executivo do Partido Socialista.

Mas, relembro aqui, nas empreitadas, eu tinha aqui, podia dizer os anos em que demoraram algumas coisas mais do que o que estava previsto. Mas, como não há muito tempo ainda para hoje e já falámos sobre isso, vou dizer-lhe também uma outra coisa que tem a ver com a parte financeira. O Mercado Municipal, que está quase concluído e que houve modificações que tiveram que ser feitas em termos do que era projetado, desde logo até a forma como foi edificado, os materiais, a parte onde se prevaleceu a cor, a madeira e a presença também disso, dizer-lhe que o Mercado Municipal, do que estava, inicialmente, previsto, já vai em mais 300.000,00 euros.

O Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia já vai em mais de 100.000,00 euros. E está concluído. E já lá tem os animais. Não está parado. Foi concluído por este Executivo.

Da mesma forma também que poderíamos falar do Parque de Caravanismo. Do Reservatório da Água, que está concluído, Professor Borges.

Dizer-lhe ainda que na Avenida João XXIII, algumas questões também foram. Na Avenida João XXIII, em abono da verdade, é bom que se diga que não era uma obra, perfeitamente, consensual. Mas havia uma componente e há, que tem a ver com uma parte importante, que é a parte das condutas de água, das águas pluviais e do saneamento. E já lá vamos depois ao ponto que também nos interessa aqui enfatizar.

Dizer ainda também ao Senhor Professor Borges que a ETAR de Nelas III teve um custo acrescido de 250.000,00 euros, mais 250.000,00 euros, além do que estava orçado. E a ETAR da Ribeirinha mais de 130.000,00 euros. Portanto, e a ETAR da Ribeirinha continua. É uma ETAR, a da Ribeirinha, que tem tido problemas acrescidos. Os problemas são uns atrás dos outros. E não são fáceis de fazer.

Temos associada à questão da ETAR de Nelas III uma despesa com o desmantelamento, que não estava previsto em termos de candidatura. Portanto, Senhor Professor Borges, parado é capaz de não ser o adjetivo mais correto, mas tem direito a utiliza-lo, naturalmente. Não quer dizer que eu não reponha as coisas como elas são também.

No que concerne ao Senhor Deputado João Paulo, dizer-lhe, naturalmente, que a questão da Modernização da Linha da Beira Alta causa condicionalismos diversos. O primeiro, até, embora seja uma empreitada da Administração Central, o Dono de Obra é a IP, é um Organismo, digamos assim, público. E a empreitada, o que corre bem, ou o que corre mal, aliás, o que corre mal a culpa é da Câmara e do Executivo. Mas, independentemente disso, o que nós achamos é que a Modernização da Linha da Beira Alta, já o defendíamos antes quando não estávamos na política ativa e quando estávamos na Oposição e não mudámos de opinião, dizemos o mesmo hoje, a Modernização da Linha da Beira Alta é, absolutamente, estruturante para o Concelho.

Este Concelho desenvolveu-se, cresceu e tornou-se o que é hoje muito graças à Linha da Beira Alta. Aliás, a Linha da Beira Alta é, para mim, opinião pessoal, a verdadeira âncora do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

desenvolvimento do Município de Nelas. A nossa centralidade, a nossa situação geográfica privilegiada que temos, alicerçada à Linha da Beira Alta, é e vai ser mais estruturante para o desenvolvimento do Concelho. A Linha da Beira Alta vai fazer com que nós fiquemos ligados aos portos do Norte do País. Haver uma ligação de expedição de tudo o que é a produção do nosso Setor Empresarial no escoamento para a Europa através da Linha da Beira Alta.

Vamos ter um ramal ferroviário na nossa Zona Industrial que vai fazer, certamente, dar uma centralidade acrescida no que é o desenvolvimento industrial do nosso Concelho. E, em termos de passageiros, a mesma coisa. Obviamente que estas dores de crescimento existirão sempre. Não são fáceis. E nós poderíamos também associarmo-nos a esta dor. Então, mas isso é com o IP. Nós não temos culpa nenhuma. Mas nós queremos que a obra seja feita cá.

E há outra coisa que é importante: É o retorno. Era bom que estivesse concluída a Ponte, pelo menos, como é óbvio. Mas o que nós dissemos na visita do IP, não nos importávamos nada que a centena e meia de Trabalhadores, que andam por aí, que continuassem cá, que ocupassem a nossa hotelaria, que fossem à nossa restauração, ao comércio local, à Administração e, eventualmente, até fixarem-se um dia por cá.

Senhor Deputado Rui Costa, sobre a conduta da água, dizer-lhe o quê? À conduta da água já volto. Peço desculpa. O Coração do Dão, como o Senhor Deputado percebe, é uma aceção muito mais lata do que é cingido ao vinho, embora se fosse ao vinho, só por si, também o justificaria, porque nós temos emblemas. Há outras localidades que têm outros produtos endógenos, verdadeiramente, tipificados. O que não quer que não tenham outras coisas também. Mas o Coração do Dão aqui é o pulsar mesmo de várias atividades e de centralidades e do Coração da Região que nós somos enquanto Concelho de Nelas.

Os moldes em que o Carnaval é feito, nós temos reunido com as Associações, com as Juntas de Freguesia. Eu não vou dizer o que é que me passa na cabeça porque também seria mais complicado, mas eu acho que, não perdendo a tradição, nós temos 4 cursos fantásticos. Dois Carnavais maravilhosos. E, como tudo na vida, pode e deve ser ainda melhorado, como é óbvio. Há formas de o melhorar, com outros apoios, com outro apoio logístico, acho que era nesse sentido, com enquadrar uma Organização de uma foram diferente. E, isso é, naturalmente, possível.

Dizer ainda que, no que concerne a obras e constrangimentos que o Senhor Deputado Rui Costa falou, de termos a Ponte fechada por causa das obras da Linha da Beira Alta, de termos as obras na Avenida João XXIII, de ter estes condicionalismos todos, que a todos causa transtornos, em abono da verdade. Mas também nós não podemos dizer, ou que não há obra e transitamos bem, e depois há obra e temos dificuldades em transitar. Isto do sol na eira e a chuva no nabal tem muito que se lhe diga.

Mas há uma outra questão numa empreitada que já está iniciado o procedimento e que, em breve vai ser lançada e que também vai causar constrangimentos, que é daquelas obras que não é visível, que não fica para a perenidade, mas que é relevante. E que será, porventura, a primeira grande obra emblemática deste Executivo. Tem a ver com uma obra que não tem uma intervenção de fundo desde o Estado Novo. Foram feitas, parcialmente, intervenções, si, claro, em abono da verdade. Mas é uma substituição que é precisa fazer a montante, desde o depósito da água até à Fonte Luminosa, digamos assim. A Rua Sacadura Cabral, a Rua Luís de Camões. E o investimento todo que é feito na conduta da água e nas águas pluviais.

Este investimento não é um investimento para fazer em termos do que é um investimento na Freguesia, ou na Vila de Nelas. A requalificação da Avenida João XXIII que é, claramente, um investimento, em abono da verdade, em Nelas. Este, como toda a gente sabe, o abastecimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

serve o Concelho inteiro. O que nós estamos a falar é a substituição muito de fibrocimento e de material obsoleto, deteriorado, que tem causado transtornos há muitos anos também no que é o abastecimento de água, no que é o desperdício da água, no que é o transtorno causado às populações e aos condicionalismos diversos. E mais importante, uma questão de Saúde Pública. E, portanto, muito brevemente, será lançada a empreitada de uma das obras que nós consideramos também emblemática e que seja feita.

Para finalizar, ao Senhor Professor João Alfredo, agradecer-lhe, naturalmente, a evocação e bem, do contexto internacional que nós temos, que a todos nos preocupa e nos motiva consternação. Mas também do Senhor Professor Afonso.

Dizer-lhe, somente, o Senhor Professor Afonso não foi fundador, mas foi o primeiro Treinador do ABC. Está lá desde a fundação, desde os primeiros passos. Sim. E era uma figura incontornável, não só do ABC. Ajudou e muito com uns desenhitos que fez, que eu lembro, para os Carnavais também, em particular, em Nelas. E é um entusiasta muito grande do Movimento Associativo e apoiava e participava em tudo. E, portanto, esse Voto de Pesar muito bem recordado. Felicito o Senhor Deputado João Alfredo.

Senhor Presidente, obrigado pela atenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Se os Senhores Deputados se consideram devidamente esclarecidos, podemos. É uma questão? Então, faz favor de ir à Tribuna por causa da gravação.

O Senhor Deputado António Borges:

- Tem a ver, exatamente, com a informação sobre as Finanças e o Património Municipal. Da outra reunião para agora, há aqui um desdobramento. Portanto, primeiro, tenho que começar por dar os parabéns porque, de facto, a dívida a curto prazo está a diminuir. Tinham orçado em 2 milhões de euros. Neste momento, está 1.200.000,00 euros.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ainda não chegámos lá. Está na Informação do Senhor Presidente. Ainda estamos no Período de Antes da Ordem do Dia. Se não se importa, volta depois cá, ó Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges:

- Desculpe. Foi um lapso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Acontece, ó Senhor Deputado. Não faz mal nenhum. Então, damos por encerrado este Período de Antes da Ordem do Dia e passaríamos, agora, ao Período da Ordem do Dia.

Nos termos regimentais, do Artigo 19.º, do Regimento, compete ao Presidente da Assembleia Municipal fazer uma resenha muito sumária de cada um dos pontos e é isso que eu passarei a fazer, depois, devidamente, complementado, pelas informações do Senhor Presidente da Câmara.

O ponto n.º 1 é a Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. Portanto, é uma exposição sobre a sua atividade, com 10 páginas. E, pela primeira vez, trás a relação dos processos judiciais em curso. Ora, eu tenho outra relação. Nesta relação trás apenas 17 processos judiciais. Eu digo, apenas, os Senhores poderão dizer até que são muitos. Como sabem, há um Senhor Advogado, em São Pedro do Sul, que tinha 20 processos judiciais. E há uma Advogada da Comarca de Nelas que tinha 12. Portanto, seriam 32. Agora, só temos 17.

De manhã, perguntei ao Senhor Presidente da Câmara porque é que, milagrosamente, tinham desaparecido 5 dos processos de São Pedro do Sul. Deu-me uma explicação. Que teriam feito Acordo e que estariam em fase de pagamento. E, portanto, não teriam que estar nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Despesas Contingentes, mas apenas como dívida. Depois, o Senhor Presidente da Câmara, naturalmente, explicará isto melhor. Os 12, da Senhora Advogada de Nelas, diz que não são processos judiciais. São, apenas, processos de contraordenação, embora, quem anda nisto há 40 anos, entenda que são sempre processos judiciais. Muito bem. Mas fica este esclarecimento.

O ponto n.º 2 é o Relatório da Atividade da CPCJ durante o ano de 2022. Nesta parte temos aqui, na primeira fila, a Senhora Dr. Susana Craveiro.

Mas é no Período de Antes da Ordem do Dia? No ponto 2.1, já lá vamos. Depois, passamos de um a um. Isto é apenas a exposição. Não, é o que diz a Lei, é o que diz o Regimento no artigo 19.º. Não justifica? Não sei, mas está aqui. Está lá. E porque é que não posso fazer a exposição toda seguida? Porque é o que diz o Artigo 19.º. Não, é o Regimento que diz. Isto não é vontade do Presidente da Mesa.

Bem, ponto n.º 2, então, será a apreciação do Relatório da CPCJ. Está, na primeira fila, a Senhora Dr.ª Susana Craveiro que teve a gentileza de vir cá hoje e depois usará da palavra para, devidamente, explicar a sua atividade durante o ano de 2022.

O ponto n.º 3 trata da Ação Social e, portanto, é uma Funcionária que vai ser paga pelo Orçamento de Estado para tratar das questões emergentes da Ação Social.

O ponto seguinte, que é o n.º 4, é a discussão do Regulamento de Trânsito da Vila de Santar. Portanto, agora, quem vai para Viseu, antes da Igreja, corta à direita e vai sair à Misericórdia. E quem vem de Viseu para Canas de Senhorim tem apenas um sentido. No fundo, é esta a grande inovação deste Regulamento, além de retirar o trânsito do Interior.

Na Vila de Nelas, temos apenas a inversão de sentido das Quatro Esquinas em direção à Estação do Caminho-de-Ferro. Um sentido único do Restaurante Os Antónios até aos Correios. E um sentido único também na Rua da Enfermaria, que é a Rua paralela a esta.

O ponto seguinte é a aprovação, do Regulamento da isenção da derrama. Já discutimos aqui a derrama, o seu valor e, naturalmente, o valor da isenção.

O ponto n.º 7 é a discussão e votação do Regulamento do Banco Local de Ajudas Técnicas. Quem precisar de uma cadeira de rodas, de umas canadianas ou de um andarilho. Portanto, fazemos apelo à generosidade das pessoas que vivem no Concelho de Nelas. A Câmara receberá estes equipamentos e depois vai disponibilizá-los a quem necessitar.

O ponto n.º 8 é o Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água.

E o ponto n.º 9 é a atualização do tarifário da água e do saneamento do qual naturalmente, depois, discriminaremos o valor. Eu tenho aqui uma informação, que diz o seguinte: Consumo de 5 m³ terá um aumento de 0,66 euros na água e 1,22 euros no saneamento. Consumo de água até 10 m³ terá um aumento de 0,66 euros também e do saneamento de 1,68 euros. Consumo de 15 m³ terá um aumento de 1,15 euros na água e 2,72 euros no saneamento. São os valores que me deram. Não sei se é verdadeiro ou não. Se não é verdade. Mas, impõe-se, naturalmente, atualizar o tarifário da água porque, como já referi aqui várias vezes, só a venda da água, dá um prejuízo à Câmara Municipal de 50.000,00 euros por mês. São cerca de 600.000,00 euros por ano. Portanto, entendo que deve ser atualizado. Mas fica à consideração dos Senhores Deputados.

Depois, o penúltimo ponto é o ponto n.º 10, é a 1.ª Revisão Orçamental Municipal e as Grandes Opções do Plano. Há, portanto, aqui um aumento de mais trezentos e tal mil euros que vêm somar-se ao Orçamento, que já exista e que foi aprovado na última Assembleia.

E o último é a designação de três Cidadãos Eleitores efetivos e três suplentes para a CPCJ.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, relativamente, ao primeiro ponto, da Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal com 10 páginas:

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de janeiro de 2023, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias.

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho.

Manutenção e abertura de caminhos florestais e agrícolas.

Mapeamento de pontos de água para apoio aos bombeiros.

Consolidação de imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias.

Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias.

Prolongamento de ramais de água e saneamento.

Requalificação da Rede Viária do Concelho.

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho.

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais.

Aquisição de imóveis para requalificação urbana e terrenos para ampliação das Zonas Industriais.

Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas.

Execução de trabalhos Escola 1º CEB Feira em Canas de Senhorim.

Execução dos trabalhos das obras de Requalificação da Escola 1º CEB Fojo em Canas de Senhorim.

Execução de trabalhos no JI de Vilar Seco.

Execução de trabalhos na Escola de Carvalho Redondo.

Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente.

Reunião com o empreiteiro do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar - CAVES”.

Requalificação do Mercado Municipal de Nelas.

Requalificação da Av. João XXIII, em Nelas.

Reunião com o IP sobre a construção da LBA.

Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas.

Reparação de pavimento na Av. Dr. António Abílio Monteiro em Canas de Senhorim.

Reposição de Muro de Suporte de Terras nas Caldas da Felgueira.

Reposição do passeio na Av.ª 9 de Julho, Lapa do Lobo.

Apoio à Junta de Freguesia da Lapa do Lobo para a requalificação e beneficiação dos passeios na Av. 9 de Julho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Apoio à Junta de Freguesia de Vilar Seco para requalificação e alargamento de rua e caminho.

Apoio logístico e de transporte às associações concelhias que organizam o carnaval.

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Atualização de aplicações do ERP Airc.

Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização.

Atualização de software e firmware da storage.

Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas.

Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos.

Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Continua a decorrer o Projeto de Diagnóstico, Desenho e Implementação da nova Framework de Governação Local, sustentada nas Práticas de Reengenharia, Desmaterialização e Simplificação de Processos na CIM Viseu Dão Lafões, com a colaboração da empresa SMART VISION.

Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas e os espaços de cidadão de Canas de Senhorim e de Santar realizaram 5078 atendimentos.

SERVIÇO DE DESPORTO

Participação no Congresso Nacional dos Municípios Amigos do Desporto em Barcelos;

Atribuição da Bandeira de Município Amigo do Desporto, reconhecendo assim as ações que a autarquia desenvolve para o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes;

Deu-se continuidade ao projeto “Crianças em Movimento...”, direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora, onde participam todos os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. Sendo que os Jardins Particulares do concelho, nomeadamente Centro Paroquial Vilar Seco, Jardim-de-infância “Girassol”, Escola João de Deus e Jardim-de-infância “Malmequer”, frequentando apenas as aulas de Adaptação ao Meio Aquático. No total estão envolvidas aproximadamente 300 crianças do concelho.

Deu-se continuidade à disciplina de Atividade Física e Desportiva inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, Atividade Física e Desportiva no Pavilhão Desportivo Municipal e nos recursos espaciais do Centro Escolar e nas Piscinas Municipais com a modalidade de Natação.

Realizou-se no dia 11 de dezembro 2022, no período da manhã, nas Piscinas Municipais Cobertas, um conjunto de atividades lúdico aquáticas direcionadas para pais/ filhos, integradas no Programa do Mercado de Natal.

No dia 17 de dezembro de 2022 realizou-se o “Christmas Run”. Atividade de corrida e caminhada em circuito urbano alusiva ao Natal e com uma causa solidária associada e no âmbito do Mercado de Natal, em parceria com a associação Dão Nelas e com a participação do atleta Cristiano Pereira da Casa do Povo de Mangualde, Campeão Mundial e Europeu de Atletismo Adaptado.

Continuação do funcionamento das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2022/2023.

A equipa da Pré-competição participou em duas provas do Circuito Municipal de Escolas de Natação: a 18 de dezembro de 2022 nas Piscinas Forlife e a 15 de janeiro nas Piscinas Municipais de Lamego.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Como forma de apoiar e dinamizar as associações e clubes do concelho, foram cedidas as instalações para diversas atividades.

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Foi requerido o Apoio ao Incentivo à Natalidade por 7 agregados familiares;

A Loja Solidária de Nelas, contou com 11 doações de diversos artigos (vestuário, brinquedos, utensílios de cozinha) provenientes de particulares.

No mesmo período, 19 agregados familiares, correspondendo a 72 munícipes realizaram marcação e beneficiaram do apoio da Loja Solidária.

Entre o dia 2 de dezembro de 2022 a 13 de janeiro de 2023 realizou-se uma Exposição Comemorativa do Dia Internacional do Voluntariado denominada “A Pegada Mágica”.

No dia 9 de dezembro de 2022, no âmbito da Celebração do 20.º Aniversário da Biblioteca Municipal António Lobo Antunes, onde foram entregues diplomas aos voluntários participantes nas diferentes iniciativas promovidas pelo Banco Local de Voluntariado de Nelas ao longo do ano de 2022.

O Serviço Municipal de Apoio à Economia Social, para além dos projetos individuais, tem desenvolvido um trabalho diário e contínuo de diversos atendimentos de cariz social e de apoio às famílias. No período de referência foram realizadas várias visitas domiciliárias a diferentes famílias por forma, a serem detetadas as reais dificuldades/ necessidades e proceder-se quando necessário ao devido encaminhamento.

O Atendimento de Apoio Psicossocial é um espaço disponibilizado à comunidade do concelho de Nelas, com o objetivo de dar apoio às preocupações e desafios das pessoas, auxiliando as pessoas que apresentam maior dificuldade na adaptação à mudança, desencadeando uma maior pressão de sintomas de ansiedade, agravamento da doença, entre outros, por forma a dar resposta às pessoas de famílias económica e socialmente vulneráveis, contribuindo para o seu ajustamento psicológico e social. Este atendimento é efetuado no Serviço Municipal de Apoio à Economia Social e no Serviço da Universidade Sénior de Nelas (no Espaço de Saúde Mental: “Cuide-se!!”). Durante os meses de dezembro e janeiro foram realizados 9 atendimentos;

A Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL), elaborou de um inquérito para aferir a respostas dos agentes aos diferentes públicos e eventuais necessidades de formação neste domínio – empresas ligadas à área do alojamento, restauração e enoturismo – Objetivo: Conhecer e sensibilizar os agentes turísticos para a problemática da igualdade

O Serviço marcou presença no Mercado de Natal (do dia 10 a 18 dezembro de 2022) com a Campanha Solidária “Por Um Sorriso Maior” que contou com a participação dos Agrupamentos de Escolas de Canas de Senhorim e Nelas, Farmácias, Supermercados, alargando-se à comunidade em geral. Decorrente desta Campanha, foram entregues 51 cabazes às famílias que se encontravam numa situação de maior vulnerabilidade social e económica, abrangendo um total de 133 munícipes, dos quais 95 adultos e 38 crianças.

Aprovação em reunião de Câmara no dia 30 de janeiro de 2023 da proposta da criação do Cartão Municipal do Cuidador Informal, assim como do Gabinete e da Linha de Apoio ao Cuidador Informal.

No âmbito do Regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos em matéria de apoio em obras na habitação e tarifários especiais de água, saneamento e resíduos foi deferido 1 processo cujo objetivo era a atribuição do tarifário social de água.

Foram requeridos 7 cartões seniores.

O Projeto de Informação e Apoio aos Cuidadores Informais CER – Cuidar e Receber, efetuou uma candidatura no âmbito da 2.ª edição da Rede de Autarquias que Cuidam dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Cuidadores Informais (RACCI). Este projeto reconhece, através de um selo digital de mérito, os municípios e as freguesias do território nacional português que adotem as melhores práticas e medidas de apoio em benefício dos cuidadores informais.

No passado dia 26 de janeiro, na sua 14.^a edição, a Câmara Municipal de Nelas foi distinguida com a bandeira verde com palma relativamente às políticas amigas da família desenvolvidas no ano de 2022 assim como a atribuição de um Diploma por pertencer desde o passado mês de maio à Rede Europeia de Municípios Amigos das Famílias. Estas distinções foram atribuídas pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas.

Decorreram avaliações solicitadas pelo Serviço de Educação e Cultura, a agregados familiares com alunos a frequentar o ensino pré-escolar, para avaliar as condições socioeconómicas, com o objetivo da isenção/redução na comparticipação do fornecimento de refeições e/ou prolongamento de horário.

No que respeita aos atendimentos do CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) realizaram-se 3 atendimentos presenciais, que foram encaminhados para a resposta social do Município: a Loja Solidária, a fim de adquirir bens de vestuário e móveis.

Relativamente ao Programa Abem, foram deferidos 8 requerimentos/pedidos para atribuição do apoio na medicação no âmbito do Protocolo com a Associação Dignidade.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

Comemorações do 20º Aniversário da Biblioteca Municipal António Lobo Antunes – 09/12/2022.

Foi inaugurada a Exposição Fotográfica Documental "20 Anos da Biblioteca Municipal António Lobo Antunes", seguindo-se da entrega de Diplomas e de Prémios "20 anos, 20 Leitores", aos melhores leitores da biblioteca.

Inaugurada a exposição 170 anos do Concelho de Nelas na Biblioteca Municipal.

Reorganização da biblioteca José Adelino, em Canas de Senhorim, em colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros de Canas de Senhorim.

Dinamização da Feira do Livro, no Mercado de Natal de Nelas.

Apresentação do projeto "Nau, Nau, Maria" no âmbito da residência artística da atriz Alice Azevedo na companhia amarelo silvestre, de Canas de Senhorim a 20/12/2022, com a presença de 16 participantes.

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube da Biblioteca.

Serviço de atendimento on-line para quem necessite de informação específica sobre determinado assunto, com o envio por mail da digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações.

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida e mediante inscrição.

Leituras 100 Idade - US fora de portas: empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior, tertúlias sobre livros e leituras, jogos e outras atividades criativas.

HISTÓRIAS DE VIDA, VIDA COM HISTÓRIAS projeto de parceria com a Universidade Sénior de Nelas (deslocação da Biblioteca itinerante aos polos da US) que possibilita aos seniores regularmente, a partilha dos seus gostos literários, numa animada conversa tendo como ponto de partida os livros, que contou com cerca de 30 participantes/alunos.

Biblioteca itinerante nos estabelecimentos de ensino dos JI e EB dos Agrupamentos de escolas do Concelho com o empréstimo de 457 livros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Oficinas múltiplas: apoio ao longo do ano letivo, por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano. Participação, no dia 9/12, na sessão comemorativa dos 170 anos do Concelho de Nelas, que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, com a leitura dramatizada de alguns textos de autores portugueses.

Colaboração com o projeto “férias em ação, natal de 2022 com s oficina do Óscar - Especial Natal, que contou com a presença de 64 participantes.

Participação nas reuniões periódicas do grupo de trabalho da rede intermunicipal de bibliotecas de Viseu Dão Lafões, em colaboração com a CIM e DGLAB_MC. Durante o presente ano, e de acordo com o sistema de rotatividade aprovado em regulamento, a responsável da BM Nelas, em colaboração com a bibliotecária de Castro Daire, assume a coordenação deste grupo de trabalho intermunicipal.

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Implementação do projeto da Promoção do Sucesso Educativo da CIMVDL. Contratação de técnicos (2 Psicólogas, 2 Mediadoras Familiares, 2 Terapeutas da Fala e 2 Sociólogas) para a criação de Equipas Multidisciplinares para cada um dos Agrupamentos de Escolas do Concelho;

Constituição do Conselho Municipal da Juventude;

Início do Projeto Heróis da Fruta (Projeto da APCOI em parceria com o Agrupamento de Escolas de Nelas).

Continuação do programa de distribuição de uma peça de fruta aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo- regime da Fruta Escolar e Programa Fruticool;

Participação no Mercado de NATAL 2022:

- Espaço Criança (Pinturas Faciais, Carta ao Pai Natal, Pintura, Leitura, Árvore de Natal e Trono Pai Natal);

- Workshops Infantis;

- Oferta de Pais Natal;

- Organização de transportes e apresentações das Escolas do Concelho (Pré-Escolar e 1º CEB, do ensino público e privado);

Assinatura de Protocolos entre o Município, a APPDA Viseu e os Agrupamentos de Escolas do Concelho.

Encerramento do 1.º Período:

- Avaliações das Atividades de Enriquecimento Curricular (Ficha de Avaliação Individual e Relatórios dos Docentes);

- Levantamento do número de crianças a frequentar e almoçar nas Atividades de Animação e Apoio à Família – Interrupção Letiva de NATAL 2022;

Projeto Férias em Ação – NATAL 2022.

Projeto Até Já Escola! – NATAL 2022 (Cinema).

Projeto Wanted Escolas Empreendedoras CIM Viseu Dão Lafões – Conferências Teen com Joana Saavedra e Carlota Marques.

Reunião com a direção dos Agrupamento de Escolas do Concelho.

Reunião com os encarregados de educação dos alunos com NEE dos Agrupamentos de Escolas.

ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS:

Dada continuidade ao plano de aulas do projeto “Música Maestro” - ano letivo 2022-2023;

Continuação do plano de aulas na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Cumprimento do plano de aulas nas AEC;
Participações no mercado de Natal 2022 dos alunos da AMAN;
Colaboração no projeto Clave Soft, responsabilidade do Agrupamento de Escolas de Nelas;

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 31 de janeiro de 2023:

- a) Dívida de médio e longo prazo: - 9.312.266,37 €
- b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 1.279.006,71 €
- c) Financiamentos Contratualizados (falta visto TC): 265.000,00 €
- d) Financiamentos contratualizados por utilizar: 1.600.000,00 €
- e) Provisões/Responsabilidades contingentes: 886.319,74 €
- f) Responsabilidades contingentes 2021: 1.317.779,00 €
- g) Financiamentos aprovados em AM (não contratualizados): 1.600.000,00 €

N.º processo	Fase processual	Autor da Ação
424/17.4 BEVIS	O Município deduziu contestação em 10/11/2017	Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda.
298/17.5 BEVIS	Realizada audiência prévia em 28/01/2019	António da Silva Albino Lda.
344/17.2 BEVIS	O Município deduziu contestação em 10/10/2017	José Marques Duarte, Unipessoal, Lda.
146/18.9 BEVIS	Aguarda-se prolação da sentença	Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda.
175/19.5 BEVIS	O Município deduziu contestação em 29/05/2021	João Manuel Lopes Pereira
24/20.1B EVIS	O Município deduziu contestação em 02/03/2020	Vitor Manuel Dias da Silva, Lda.
67/20.5B EVIS	O Município deduziu contestação em 29/06/2020	Irmãos Almeida Cabral, Lda.
70/20.5B EVIS	O Município deduziu contestação em 27/02/2020	Irmãos Almeida Cabra II - Ambiente, Lda.
262/20.7 BEVIS	O Município deduziu contestação em 14/10/2020	Maralgopi Unipessoal, Lda.
263/20.5 BEVIS	O Município deduziu contestação em 14/10/2020	Tranjuiza - Transportes de Mercadorias, Lda.
192/20.2 BEVIS	O Município deduziu contestação em 09/2020	Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.
42/21.2T 8NLS	O réu apresentou contestação em 05/05/2021	Município de Nelas
80/21.5B EVIS	O Município deduziu contestação em 03/2021	Paulo Costa
154/21.2 T8NLS	O Município deduziu recurso de impugnação da decisão administrativa em 27/04/2021	Comissão Nacional de Proteção de Dados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2357/21.0T8VIS-A	O processo foi suspenso face ao despacho de admissão do Processo de Revitalização 5185/21.0T8VIS	Município de Nelas
456/21.8BEVIS	O Município deduziu contestação	Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda.
141/21.0T8NLS	O Município pronunciou-se no sentido de não exercer o direito de preferência	Herança Ilíquida e Indivisa de Manuel do Nascimento
148/22.0T8NLS	O Município deduziu contestação	Generali Seguros, S.A.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu punha à consideração se alguém quer fazer alguma intervenção, pedir algum esclarecimento, para depois o Senhor Presidente da Câmara responder. Alguém? Um, dois. Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado António Borges:

- Agora, sim, parece que estou no espaço certo. Há bocado equivoquei-me com o andamento. Estava com pressa. E, portanto, a Informação do Senhor Presidente é bem detalhada neste momento. Portanto, já trás algumas coisas novas. Mas eu não me ia debruçar sobre a Informação em si mas apenas sobre um pedido de esclarecimento sobre a Informação das Finanças e do Património Municipal.

Ali, o Senhor Presidente da Assembleia já começou a levantar um bocadinho o véu e eu acho que já sei qual é a situação. Mas em qualquer dos casos faço a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara. E, portanto, estava eu, há bocado, a dizer que, de facto, é bom vermos que a dívida a curto prazo está a diminuir. Portanto, tem andado por cima de além dos 2 milhões de euros. Neste momento, está 1.288.000,00 euros. O que é bom. É pena também este dinheiro que está aqui parado não ser usado. Mas é uma opção do Senhor Presidente da Câmara e, portanto, ele é que sabe.

Mas a questão que eu queria pôr tem a ver com as Provisões e Responsabilidades contingentes. Desde sempre, esta rubrica tinha 2.033.000,00 euros e desta vez vem desdobrada em duas rubricas. Vem uma de 2021, num valor de 1.317.000,00 euros. E vem uma de 886.000,00 euros que será, com certeza, a anterior, do outro mandato de há 8 anos, ou 9 anos. Tudo bem. Foi isso que eu entendi destas duas rubricas.

Só que, somando estas duas parcelas, a de 2021, com 1.317.000,00 euros, isto não dá 2.033.000,00 euros, mas, sim, 2.204.000,00 euros. Portanto, há uma diferença de 129.000,00 euros que, por algum motivo saíram desta rubrica. Eu gostava de saber porquê. Já me parece, já o Senhor Presidente da Assembleia começou por dizer que seriam Acordos que foram feitos, entretanto. Mas era uma pergunta que deixo ao Senhor Presidente se pudesse esclarecer-me. Está bem?

Muito obrigado. Era só isto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado João Paulo.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Ora, boas noites, novamente.

Antes de pedir o pedido de esclarecimento, vou aqui deixar umas palavras às Mulheres do nosso Concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Tendo em conta que no próximo dia 8 de março se assinalará o Dia Internacional da Mulher e que esta reunião da Assembleia Municipal é a última que se realiza antes desse dia, permitam-me que deixe uma saudação especial a todas as Mulheres e, particularmente, às Mulheres do Concelho de Nelas, às Trabalhadoras da Autarquia e das Juntas de Freguesia e às Eleitas nos Órgãos do Poder Local, lembrando que esse dia se deve à luta corajosa das Mulheres contra a exploração e as condições desumanas em que tinham que trabalhar e em Portugal só teve expressão com a Revolução de Abril.

E apelando a que prossigam a luta pela efetivação dos Direitos na Lei e na Vida, nomeadamente, no que toca ao vasto conjunto de legislação que consagra a Igualdade e a Valorização do seu Estatuto enquanto Trabalhadoras, Mães e Cidadãs.

Agora, queria era um pedidozinho de esclarecimento: Senhor Presidente, tendo em conta que a Câmara tem um financiamento aprovado, não utilizado, de 1.600.000,00 euros, o porquê de um novo financiamento do mesmo valor? É só.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entender.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Acrescentar uma coisa ao que o Senhor Professor Borges referiu no que é a dívida a curto prazo. A dívida a curto prazo já esteve nos 3 milhões de euros. Neste momento está em 1.279.000,00 euros. Para dizer o quê? Nós dissemos aqui várias vezes que, em particular, no primeiro ano de mandato, houve uma necessidade grande de cumprir o que estava e que a Lei obriga.

Havia encargos grandes para cumprir. Foram compromissos e alguma inquietude por parte de Atores Sociais e Políticos do nosso Concelho. Mas nós fomos sempre dizendo que, de facto, neste primeiro ano, havia questões para resolver. E havia bastantes. E estas estão aqui, perfeitamente, mensuráveis. A dívida a curto prazo, a Fornecedores e a Credores, já ultrapassou os 3 milhões de euros. Neste momento está em 1.279.000,00 euros.

Nós elencámos: 1 – Cumprir os compromissos assumidos. Honrar. O que tem sido feito. E já lá vamos, até porque a narrativa depois vai para a água e hoje vamos falar sobre isso. E também dizer que, ao fazermos isso, sabíamos que estávamos a injetar dinheiro na Economia Local. Privilegiámos o pagamento aos Fornecedores, aos Credores, ao comércio tradicional, aos empresários e, em abono da verdade, temos tentado socorrer, não da forma como gostaríamos, mas honrando esses compromissos e enveredando por esse caminho de diminuir a dívida a curto prazo aos Credores e aos Fornecedores. E, desta forma, alavancar a Economia Local.

Dizer ainda que também, no que concerne a dívida de médio e longo prazo, foi ela também, substancialmente, abatida, particularmente, agora num ano que vai ser complexo, como sabem, com o aumento dos juros. Nós temos uma faturação ainda que não está, devidamente, consolidada, mas já ultrapassa em juros, só mais de 100.000,00 euros, ao que era o habitual do juro da Autarquia. E ainda não está tudo apurado com os empréstimos e com os juros que nós pagamos.

Dizer-lhe que, no que concerne às Responsabilidades Contingentes e as duas rubricas que existem, parece-me claro que é para ser mais claro. Passo a redundância. Porque, ou que nós conseguimos fazer isso, as Provisões e as Responsabilidades Contingentes da alínea e), dos 886.000,00 euros reportam-se a um período anterior ao Executivo, que vem, grosso modo, sim, de 2013, mas que também que se arrasta de antes, de processos também que vinham de antes. E,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

depois, as Responsabilidades Contingentes de 2021, que é o que foi e o que está instruído em termos de Sindicância já por este Executivo em 2021.

A diferença das rubricas das Responsabilidades Contingentes tem a ver com uma questão que nós já aqui falámos também que são os Acordos que têm sido feitos também, não muitos, mas o que decorre também depois de sentenças. Tem isso a ver com o facto de termos conseguido, de alguma forma, em Acordos que foram concretizados, além do valor, há um problema grande que tem a ver com os juros de mora, com as despesas acrescidas do não pagamento no tempo em que deveria ter sido feito. E, portanto, nessa matéria, obriga, naturalmente, a que sejam feitos Acordos.

A diferença tem a ver com alguns Acordos já feitos. Como o Senhor Presidente da Assembleia falou e eu, se calhar, em passant, também faria isso, que é o facto de haver já 5 processos, 4 com Acordos e um deles que, embora não tenha Acordo, é uma questão que está a ser negociada, naturalmente. Mas a parte jurídica apoia a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, que tem a ver com o Mercado Municipal de Canas de Senhorim e, portanto, uma Despesa Contingente da Câmara, a Câmara apoia aqui. Depois, os outros, um, são processos que transitaram de uma empresa de Nelas relacionada com um processo, com as Bombas de Gasolina, como é do conhecimento. Um de um processo jurídico de um Consultor Jurídico, de uma empresa de construção de Nelas também. E de uma empresa que já tinha sido feita a regularização também e que foi concluída, digamos assim, durante este mandato.

Daí, estes processos não estarem contemplados, Senhor Presidente da Assembleia, estes 5 processos, na enumeração da relação dos processos existentes que enviámos ao Senhor Presidente da Assembleia e que foi enviada à Assembleia Municipal.

No que concerne aos outros processos, o entendimento do Gabinete Jurídico da Autarquia, também sobre Direito e Jurídico, obviamente, o Senhor Presidente da Assembleia tem muito mais puridade de falar sobre isso do que eu, naturalmente, mas o entendimento é que são processos, meramente, administrativos de contraordenações e não serem processos judiciais. É este o entendimento. Tem a ver com questões relacionadas com a APA, com queixas de questões ambientais e são mais processos administrativos e contraordenações do que, propriamente, processos judiciais.

Ó Senhor Deputado João Paulo, estes 1.600.000,00 euros sempre cá esteve. Não é novo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- São as alíneas d) e g). Têm o mesmo valor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Á, pronto. Têm o mesmo valor, mas são diferentes. Estes Financiamentos Contratualizados por utilizar é financiamento que foi contratualizado e que não foi ainda utilizado. O outro é não contratualizado. Foram financiamentos aprovados na Assembleia que não chegaram a ser contratualizados. É a única diferença. Esta enumeração é, somente, para nós também termos. Estes financiamentos podem não ter sido contratualizados, mas foram aprovados em Assembleia Municipal e devem estar aqui a constar para que nós também termos uma ideia mais correta sobre o que é, digamos assim, a situação financeira da Autarquia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Então, para apreciação do Relatório da CPCJ, convidava a Senhora Dr.^a Susana Craveiro a dirigir-se à Tribuna para fazer a sua exposição da atividade do ano de 2022. Dou-lhe 15 minutos. Se precisar de mais tempo, faz favor de pedir.

A Senhora Dr.^a Susana Craveiro:

- Obrigada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Boa noite.

Venho apresentar o Relatório, não é bem assim. Não venho apresentar o Relatório. Venho falar-vos uns tópicos sobre o mesmo porque tem muitas páginas, tem muitos gráficos sobre as características das crianças, sobre tudo o que diz respeito às mesmas, à situação dos pais, tudo isso, que não interessam aqui. Foi enviado à Câmara.

Temos os Planos de Ação que fizemos em 2022. São muitas páginas, como veem, que pode ser consultado, ou na CPCJ, ou na Câmara. Eu tenho aqui uns tópicos que preciso de explicar.

Para além deste Relatório, todos os anos a Comissão Nacional faz um outro Relatório e verificámos várias inconformidades que já vinham da Equipa anterior, da Comissão restrita anterior e alargada, nomeadamente, um Membro Administrativo, do qual estou à espera há mais de um ano. Já conversei várias vezes com o Senhor Presidente. Parece que, finalmente, na próxima segunda-feira estará lá uma pessoa.

Este Relatório que temos que apresentar todos os anos à Comissão Nacional da CPCJ, um gravíssimo era este. Devo lembrar que, isto que fique bem claro porque há pessoas que não sabem, eu já conversei com várias pessoas e não sabiam, todos os anos a Comissão Nacional transfere para a Câmara Municipal de Nelas cerca de 20.000,00 euros.

Todas as atividades, oiçam bem, todas as atividades feitas pela CPCJ, onde a CPCJ está inserida, não são pagas pelos Municipais do Concelho de Nelas, nem da Freguesia de Santar, nem da de Canas de Senhorim, nem da Vila de Nelas. Estamos no Multiusos do Concelho de Nelas, da Câmara de Nelas, mas aparece a Vila de Nelas. Não aparece a Freguesia de Canas de Senhorim. Não aparece a Freguesia de Santar. Não aparece mais nenhuma Freguesia. Ou Caldas da Felgueira, que é um ponto turístico. Aparece Vila de Nelas. É a primeira vez que aqui estou e tenho muito gosto em ver ali aquilo.

Avancemos. Então, para que fique claro, 20.000,00 euros para rendas, que é no Multiusos, água, luz, limpezas e todas as atividades. Uma das atividades que fizemos este ano foi todas as crianças terem direito a uma pulseira, que eu ainda trago desde abril, que diz: Só preciso de Amor.

Eu comecei este processo em maio. Era para requerer, tudo isso. Comecei e foi-me sempre dito que sim. Eu dei a cara. A pessoa confiou em mim. Fez as pulseiras. Esteve à espera do dinheiro. A Câmara demorou, não sei porquê, a Contabilidade também não colabora, demorou 7 meses a pagarem 500,00 euros de pulseiras para todas as crianças do Concelho. Pela primeira vez, todas as crianças do Concelho e Jovens, foram abrangidos, desde a Creche até à Secundária. Todas as crianças.

Pela primeira vez todas as crianças do Concelho tiveram, nas suas Escolas, atividades relacionadas com a CPCJ. Todas as Associações que lidam com crianças, de todas as Freguesias, foram convidadas a participar nessas atividades. Fizeram laços. Fizeram no cordão humano. Colaboraram em tudo. Pela primeira vez, em todas as Freguesias do Concelho, todas as crianças foram abrangidas. Acho que não há nenhuma criança no Concelho, pelo menos a partir da Escola Primária até aos Adolescentes, que não saibam o que é a CPCJ. Quanto a este ponto, acho que espero que fique esclarecido tudo.

Agora, a Comissão restrita está a funcionar muito bem e eu peço para que não haja grandes alterações na Equipa porque estamos muito coesos. Confiamos todos muito uns nos outros e espero que não haja grandes mudanças, nomeadamente, na designação do Membro do Município.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Por último, vou dizer que tenho sabido que a CPCJ, pelas pessoas de fora, Advogados, Procuradores da República, Tribunais, Juiz do Tribunal da Família e Menores, que a CPCJ está a funcionar bem, atempadamente. Resolvemos os casos mais urgentes na hora. As crianças estão a ser protegidas. Nunca tivemos tantos casos como, infelizmente, agora temos, mas é por causa também da crise, tanto económica, como de valores. E a tendência é a piorar.

Portanto, eu espero mesmo mais apoio por parte da Câmara relativamente à CPCJ e, pelo menos, que não nos abandonem nas questões essenciais e em que nós, volto a dizer, não pedimos nada que as crianças não tenham direito.

Muito obrigada. Boa noite.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Dr.^a Susana. Importa-se de ficar um bocadinho mais? Pode alguém precisar de algum esclarecimento.

Depois da exposição da Senhora Presidente da CPCJ, algum dos Senhores Deputados quer colocar mais alguma questão? Faz favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Muito boa noite, mais uma vez.

Quando vem a este Plenário este caso, esta situação de análise da Comissão de Proteção de Menores, há já muitos anos que vem aqui e que nos é muito querido porque, realmente, desde que foi criado muitas pessoas por lá passaram, muitas pessoas trabalharam, muitos louvores aqui foram feitos e quero ser justo, a todas as pessoas que passaram pela Comissão de Proteção de Menores, de Relatórios que apresentaram aqui e que temos visto que a evolução dos casos que existem no Concelho de Nelas se têm agravado. E que a Equipa, as Equipas, que estiveram nestes cargos, acompanharam, desenvolveram e trouxeram a todos nós, realmente, algo que demonstrava o trabalho realizado.

Eu quero fazer aqui um reparo: Trabalho realizado não é apontar se ali está a Vila de Nelas, se está o Concelho, ou se estão as outras Freguesias. Aqui debrilhasse falar, realmente, do trabalho executado por esta Comissão. A evolução que teve, se melhorou, se piorou. E, uma coisa, melhorou, foi aqui dito. Mas foram aqui apresentadas muitas críticas. Como é que uma coisa melhora cheia de críticas?

Meus Senhores, avaliemos esta Comissão. Avaliemos no trabalho desenvolvido ao longo dos anos. E eu quero fazer aqui um Voto de Louvor a todas elas, inclusivamente, a esta última porque todos nós sabemos que não é fácil. Não é fácil lidar com estes casos. E o Concelho de Nelas é mais um dos outros do País.

Portanto, eu quero agradecer a todas as Comissões anteriores e a esta também. Mas há que trabalhar. Há que desenvolver trabalho. E, por isso é que é apresentado aqui o Relatório à Assembleia Municipal de Nelas, digamos que é o Órgão máximo do Concelho, para percebermos se o trabalho está bem desenvolvido, ou não está. E é isso que temos que falar.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Faz favor, para ficar gravado, não se importa?

A Senhora Dr.^a Susana Craveiro:

- Quando eu falei na Vila de Nelas é porque, realmente, estamos no Concelho de Nelas e foi no âmbito das crianças todas do Concelho de Nelas que, pela primeira vez, todas foram abrangidas e de todas as Freguesias. Compreende?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E sabe porquê? Eu tenho muitas críticas e digo pessoalmente. Tudo o que eu disse aqui já disse ao Senhor Presidente da Câmara. É verdade, Senhor Dr. Joaquim? Pronto. Mas disse. Eu sou assim. A crítica, qual é que era? Que com tantas críticas e o trabalho é feito? É, sim, Senhor.

Com trabalho meu, durante os fins-de-semana todos, todos. Felizmente, trabalho também na Segurança Social e tenho acesso, não sei se sabe, mas a CPCJ está ligada à Segurança Social. Até o próprio Outlook é o mesmo. O domínio, sabe o que é? É Seg-Social. É, é.

E, depois, eu tenho ainda mais facilidade nisso, sabe porquê? Porque a CPCJ, como eu tenho instalada a CPCJ no meu computador, que não tive que perder mais tempo, nem dinheiro à CPCJ, nem à Câmara, nem a coisíssima nenhuma, para ter acesso a isso tudo. Portanto, eu posso trabalhar a parti de casa. Não preciso de vir aqui para Nelas. Não preciso de ir ao Multiusos. Não preciso de gastar luz. Não preciso de gastar nada. É trabalho. Ainda no fim-de-semana passado foi desde o meio-dia de sexta-feira até às 9 horas da noite de domingo.

Não tenho mais nada a dizer.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu dava a palavra agora ao Senhor Presidente da Câmara. Ai, tinha pedido? Então, vá lá para ficar gravado. Só isso.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu, é só um segundo. E um segundo para dizer o seguinte: É só para dizer uma coisa muito rápida e muito célere sobre a CPCJ. Felicitar a CPCJ, felicitar os seus Membros que a constituem, pelo trabalho desenvolvido, pelo voluntariado, pela dedicação à causa. Uma causa nobre da proteção das Crianças e Jovens do Concelho. Esta CPCJ, todas as CPCJ,s. Tive o privilégio de fazer parte das três primeiras CPCJ,s, como convidado, quando era Presidente do ABC de Nelas. Depois, estive lá, honrosamente, coordenado por pessoas que também fizeram um trabalho notabilíssimo e que, se calhar, hoje, eventualmente, com mais tempo, poderíamos ter feito esse tributo.

Hoje, as pessoas que estão lá hoje, as que virão depois, as que passaram lá, fizeram um trabalho notabilíssimo. Em nome do Município, um Agradecimento por este nobre papel desenvolvido pela causa, pelas Crianças e Jovens do nosso Concelho.

Era só isto, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado António Borges, faz favor. Então, 30 segundos. Não é? Muito obrigado.

O Senhor Deputado António Borges:

- Já passou um. É só para lembrar aqui que a CPCJ é uma Organização autónoma. Não depende da Câmara em nada. E, portanto, não vale a pena estarmos com este bate papo. A Câmara, de facto, cede as instalações, recebe dinheiro da Comissão Nacional para as atividades da Comissão e pára aqui. Tem um Representante na Comissão por delegação na Comissão restrita.

E, pronto, não vale a pena estarmos aqui a trocar galhardetes, que nem são galhardetes, porque, de facto, nós precisamos da CPCJ. A CPCJ é importantíssima. Como disse o Senhor Presidente, todas fizeram o seu trabalho. Todas estão de parabéns. Esta também. Porque os casos são importantes e as Crianças são importantes. E isso está em primeiro lugar. Pronto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- As Crianças são importantes. Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Dr.^a, muito obrigado. Se quiser continuar a acompanhar-nos nos trabalhos, muito bem. Se não, pode ausentar-se. Muito bem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Vamos fazer um intervalo de três minutos e depois retomamos. Quando eu digo três, eu sei que os Senhores demoram seis.

Senhores Deputados, vamos recomeçar os trabalhos. Muito obrigado por retomarem os vossos lugares.

Então, passaríamos ao ponto n.º 3 - Discussão e votação da prorrogação do prazo, até 3 de abril de 2023, da transferência de competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro e posterior comunicação à DGAL, para a Câmara Municipal.

Eu penso que os Senhores Deputados todos leram este documento que vos foi enviado. Se tiverem algum esclarecimento a pedirem, faz favor de se inscreverem. Portanto, ninguém querendo esclarecimentos, o Senhor Presidente da Câmara fará o esclarecimento sobre o documento. Tem a palavra, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

Dizer que, como é do conhecimento generalizado, há três transferências de competências que estão, uma concluída e outras duas em curso e esta já com um fim apontado para o próximo dia 3 de abril.

Dizer que a primeira delegação de competências foi a da Saúde e foi obrigatória a partir de 1 de abril do ano anterior, de 2022, da Educação. Obrigado, Elsa. E que nesta transferência de competências da Educação que foi feita, foi feita sem margem negocial. O que, manifestamente, não foi a melhor solução.

Dizer, também, ainda que nós, se pudéssemos, no que é a delegação de competências, protelá-las, como foi feito anteriormente, fá-lo-íamos na mesma.

Nesta questão da Ação Social foi feito um entendimento com a Associação Nacional de Municípios e projetou este Acordo para entrar em vigor no dia 3 de abril. Houve aqui algumas atualizações dos montantes a atribuir no âmbito da delegação de competências. E era isso que nós também queríamos elucidar.

Dizer que, ao contrário desta, a transferência de competências na Área da Saúde tem permitido que haja margem de negociação. E, nós, embora haja muito essa insistência para que nós assinemos a transferência de competências, não assinaremos até serem cumpridos aqueles requisitos que elenquei anteriormente.

Sobre esta transferência de competências, estamos a falar de uma transferência de competências com uma almofada financeira de 192.157,30 euros. Este valor depois é repercutido no que é, mais tarde, a Revisão Orçamental também. Aliás, uma das razões principais de haver Revisão Orçamental é, como a outra delegação de competências, acomodar este encaixe de verbas, que são receita e despesa também, que está consignada, que está dividida em quatro grandes blocos.

Um, que é o Protocolo do RSI, do Rendimento Social de Inserção, que tem a ver com o que funciona, até agora funcionou com s IPSS,s. Já funcionou na Associação do Folhadal também, de boa memória, Rui, o RSI, no Folhadal. Está a funcionar agora na Santa Casa da Misericórdia, há longos anos. E era um Protocolo que havia entre a Segurança Social diretamente com a Santa Casa da Misericórdia.

Outra transferência para as competências para o Município, o Município agora tem três soluções: Um – Assume o Protocolo da RSI e fica com a Equipa do RSI. Esta é uma Equipa constituída por uma Psicóloga, uma Assistente Social e três Assistentes Operacionais, que, grosso modo, fazem apoio às Famílias que estão identificadas e fragilizadas, sobre higiene doméstica,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

economia doméstica, como cuidar. Há o apoio que fazem, devidamente, capacitadas para isso, pela Psicóloga e pela Assistente Social.

E, portanto, esta Equipa, agora, com a quebra desse Protocolo, digamos assim, com a integração no Município, ou vai continuar a funcionar na Santa Casa da Misericórdia, ou noutra IPSS, ou a Autarquia assume esta Equipa. Tem uma dotação 80.250,51 euros, que é a remuneração da Equipa dos cinco Elementos, que é constituída, valores atualizados para 2023. É claro que estes valores serão feitos depois em transferência em duodécimos, que vai entrar em abril, mas que tem que estar consignado o valor total porque é esse o pacote que há-de vir, nos anos vindouros, excetuando a atualização da remuneração dos Funcionários.

Depois, há um segundo item que tem a ver com os subsídios eventuais, que nós achamos, manifestamente, baixo, residual. São 16.271,85 euros, que têm a ver com os Apoios de Emergência Social. Infelizmente, os tempos que correm, muito provavelmente, também implica isso. Tem a ver, às vezes, com um incêndio numa casa uma urgência para equipar a casa novamente, para socorrer as pessoas, para ajudar. E, portanto, estes subsídios eventuais têm este valor.

Há um montante total de um RH, de um Recurso Humano, de 22.441,16 euros, que o Senhor Presidente da Assembleia falou, que tem a ver que, havia um Elemento da Segurança Social que estava adstrito a fazer esse serviço aqui no Município. Não tinha ligação. A partir de agora este Técnico é da responsabilidade do Município, mas é pago, digamos assim, na sua íntegra, por esta transferência de competências da Segurança Social.

Este valor é para um Técnico Superior. Nós temos um Técnico na Autarquia, que está em Prestação de Serviços e que já tem uma ligação grande ao Município há muito tempo. E, naturalmente, vamos aproveitar para o integrar, uma vez que já há esta oportunidade para isso. É uma Colaboradora já há muitos anos. Naquele Setor era a única que não tinha sido ainda integrada. Portanto, há esta oportunidade. E vai-se respeitar, naturalmente, quem esteve estes anos a colaborar com o Município, além de que deixa de ser um encargo também do Município porque é um encargo assumido pela Segurança Social.

Finalmente, o quarto item tem a ver com instalações e funcionamento, com 73.192,78 euros. Tem a ver com, em muitas coisas que até falámos aqui de outra maneira, que é o funcionamento de um espaço, os consumíveis, a eletricidade, o gás, o aquecimento, essas coisas todas que, às vezes, nós nos esquecemos e fazem parte também dos equipamentos e tem custos acrescidos.

E, portanto, toda esta soma destas quatro parcelas é que é o montante destes 192.157,30 euros. E, portanto, é esse que é o envelope financeiro da transferência de competências, que é obrigatório que nós prorroguemos, como os outros Municípios, até ao limite e, em abono da verdade, por não haver mais tempo para prorrogar porque vai ter que ser assumida a partir de 3 de abril. E obriga-nos a DGAL que até ao final deste mês de fevereiro, comuniquemos, precisamente, isso. E é isto que estamos a fazer aqui, depois de sufragado pela Assembleia Municipal.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Presidente. Antes de pormos o documento a votação, se bem percebi, pela explicação do Senhor Presidente da Câmara, este Fundo de Emergência Social não tem nada a ver com os 98 beneficiários do RSI do Concelho, que estão a ser acompanhados por 5 Técnicos, pelo Orçamento de Estado, até 31 de dezembro deste ano. Não tem nada a ver com o que estamos a aprovar neste documento. E que, em 31 de dezembro veremos se passam para a Autarquia, ou se continuam a ser suportados pelo Orçamento de Estado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, este documento, hoje, trata apenas do Fundo de Emergência Social, de um Funcionário só, que vai ser pago pelo Orçamento de Estado. Não será assim, Senhor Presidente?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só com uma pequena correção, Senhor Presidente. Permita-me e desculpe-me. Este valor dos 80.000,00 euros será sempre suportado pelo Orçamento de Estado. Portanto, a Equipa é que pode ficar numa IPSS, ou ser inserida na Autarquia. Mas será sempre paga pelo Orçamento de Estado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, se não há mais pedidos de esclarecimentos, íamos pôr à votação este Fundo de Emergência Social que a Câmara tem que assumir, obrigatoriamente, a partir do dia 3 de abril de 2023.

Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado por unanimidade. Vamos proceder à leitura da minuta.

A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Discussão e votação da prorrogação do prazo, até 3 de abril de 2023, da transferência de competências para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais no domínio da Ação Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro e posterior comunicação à DGAL, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Ninguém. Quem se abstém? Portanto, a minuta também está aprovada por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

- A respetiva minuta foi aprovada por unanimidade, com 27 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, agora, passamos ao ponto n.º 4 da Ordem do Dia - Discussão e votação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas - Reordenamento de Trânsito na Vila de Santar.

Os Senhores Deputados também receberam a devida documentação. Eu perguntava se algum dos Senhores Deputados tem algumas dúvidas sobre este documento e quer fazer perguntas ao Senhor Presidente da Câmara. Senhor Presidente da Junta de Santar, faz favor.

Fazia a exposição, era? Muito bem.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Fazia a exposição e depois, se ficasse alguma dúvida.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente da Câmara, faz favor, então.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

Rapidamente, também só para dizer que este reordenamento tem muito a ver com o Projeto submetido, no âmbito do PRR, pelo Executivo, com o Aviso 01C03 e 02, de 2021, do PRR, para identificar, obviamente, que tem a ver com a Requalificação do Centro Urbano de Santar - Execução do Plano de Acessibilidades - Projeto 801.

Foi submetida a candidatura. Estamos à espera, naturalmente, da decisão. Temos exortado as Associações que tutelam e que estão relacionadas com o PRR no sentido de haver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

resposta e deferimento, como nós aguardamos, uma vez que muito do que é esta Requalificação passa pelo que está elencado na própria candidatura. É uma candidatura que tem a ver com a acessibilidade e, portanto, têm que ser respeitadas, digamos assim, as orientações e o que está consignado no que é para efeito de candidatura.

Houve uma candidatura para a Requalificação do Centro de Santar que, entretanto, não foi aprovada em sede de CCDRC. E que, depois, foi submetida esta candidatura, novamente, por este Executivo ao abrigo da Requalificação do Centro de Santar.

Tem a ver aqui, em dois pontos distintos. Um tem a ver com pavimentar ali a Rua das Adegas que está a precisar de ser intervencionada e faz parte do que é a parte global da intervenção e a sinalética também porque também decorre da implementação do próprio Projeto. É uma complementaridade à própria candidatura e ao próprio Projeto que nós apresentámos no âmbito do que são o Plano de Acessibilidades.

Obviamente que quando se mexe numa questão que tem a ver com a sinalética, ou até com a forma como é feita a circulação, tanto desta, como a que vem a seguir, ou de outras, haverá gente que concordará, outras que não, o que é legítimo e o que é normal.

O que nós queremos dizer é que todas as alterações aqui não diferem, substancialmente, ou em grande monta, do que era o que estava numa candidatura anterior. Mas, independentemente disso, não foram opções políticas. Ou seja, não foi porque nos apeteceu, ou porque achámos que fazia mais sentido. Foi com o Projetista no âmbito do que é o enquadramento à candidatura que podia ser fundamentada.

Aliás, isso próprio está, até depois, na forma como depois é exposta pelo Projetista. Só para dizer que o Projeto de Requalificação do Centro Urbano de Santar, incluindo o reordenamento do trânsito, foi elaborado nas condições da candidatura ao PRR, que especificava que tivessem que ser feitos desta forma, com o objetivo da promoção da acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada no acesso à utilização do espaço público, que é privilegiado e muito bem, mediante a aplicação das normas técnicas de acessibilidade. Daí, os condicionalismos e as questões que são apontadas porque têm a ver com o que está decorrente da candidatura. E foi ainda condicionado o trânsito de pesados de mercadorias em Santar, que é, perfeitamente, consensual. E é esta a razão que a intervenção, em Santar, está condicionada a estes pressupostos. Portanto este foi também até o esclarecimento que houve.

Há um outro entendimento sobre como deveria ter sido feita, ou não, a intervenção. Nós estivemos, há pouco tempo, reunidos com a União de Freguesias, não sobre este tema, sobre outros, mas também este. E, portanto, há uma, ou outra questão que o Senhor Presidente e a Junta de Freguesia gostariam que tivesse um outro entendimento. O que nós também tínhamos dito, na altura, ao Senhor Presidente da Junta, ao Estimado Jorge Abreu, é que também tem muito a ver com o que a própria candidatura nos elenca e nos diz para fazer no que é o Plano de Acessibilidades e como é formulada a candidatura para ser aceite, ser aprovada e ser implementada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado Jorge Abreu, faz favor.

O Senhor Deputado Jorge Abreu:

- Caríssimo Senhor Presidente da Assembleia.

Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Caros Colegas Deputados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhores Presidentes de Junta.

Sobre este ponto, só, fazendo o enquadramento, nós, na primeira apresentação que foi feita sobre esta proposta de alteração e da sinalética, para colocação de sinalética, respondemos a 26/09/2022, onde, depois, após uma discussão do tema, no âmbito do Executivo da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia, em não aceitar esta proposta no imediato, sem que fossem realizadas as obras necessárias para, em primeiro lugar, a Requalificação, da qual o Senhor Presidente falou agora no âmbito da candidatura, mas também as complementares.

Há um desvio de trânsito que é feito e que foi a parte que caiu em relação à candidatura anterior, no âmbito do PAMUS, que era uma candidatura mais abrangente que permitia a requalificação das alternativas para onde o trânsito que hoje atravessa o Centro Histórico de Santar, ou a parte baixa de Santar, vai passar a ter que fazer, nomeadamente, os acessos à Avenida da Soma, que são dois pontos críticos e de grande índice de sinistralidade e até de mortalidade porque, infelizmente, já tivemos mortalidade por acidente rodoviário naqueles cruzamentos e com um trânsito ainda reduzido.

Se estivermos a colocar lá um volume de trânsito maior essa situação vai ser muito mais grave, muito mais perigosa e que há uma necessidade extrema de se fazer uma intervenção, tanto no cruzamento junto ao cemitério de Santar, na Estrada Moreira – Santar e tal como na Estrada Carvalhal Redondo para Santar, a mesma situação. Portanto, são dois pontos negros e, com certeza, nenhum de nós que aqui está e muito menos o Senhor Presidente da Câmara quer ter sobre si uma responsabilidade, no futuro, de poder haver ali uma catástrofe no âmbito desta alteração.

Dizer, com isso, que existe também a necessidade da intervenção, que também estava contemplada, na Requalificação da Rua do Carvalhinho, que acaba por ser o eixo urbano que vai suportar em grande escala e que necessita de alguma intervenção a nível de piso e a nível de uma parte de alargamento da via, para que seja uma alternativa viável à ligação à Avenida 25 de Abril e aí fazer-se um eixo de ligação entre a Estrada Carvalhal Redondo – Santar, passando pela Estrada Moreira - Santar e a ligação à Estrada Nacional n.º 231, para Viseu, pela Avenida 25 de Abril, ir por aí, e desta forma conseguirmos minimizar o dano que é causado, diariamente, pela passagem do tráfego no Centro da Vila Histórica de Santar.

Nós reunimos, como o Senhor Presidente da Câmara acabou de falar, falámos também sobre isto. Houve um compromisso que ficou, porque, inicialmente, havia uma intenção de avançar já com esta parte da colocação da sinalética sem as obras serem realizadas. E, isso seria uma medida que não seria aceite, de maneira nenhuma, pela Comunidade porque, de facto, isto vai levar a haver alterações na vida dos Cidadãos que residem na Vila de Santar e nos que transitam, de Moreira, principalmente, por aquela via e que vai alterar-lhes a vida e que vão olhar no sentido de que não existem obras, do porquê de fazer isto.

E, então, o entendimento que foi e o Senhor Presidente da Câmara concordou nessa reunião foi que iríamos trabalhar, em conjunto, com as obras e no decorrer das obras iria haver a necessidade da colocação da sinalética para obras. E, aí, também ajudar a que as pessoas se fossem habituando àquilo que é uma nova realidade. E, depois das obras realizadas e da requalificação da via estar feita, então aí passar a uma sinalética definitiva. E penso que foi isso que ficou acordado nessa reunião.

E, o que eu perguntava, novamente, ao Senhor Presidente da Câmara, é se mantém esta posição que foi, entre nós, acordada, ou se há algo de novo que nós não temos conhecimento.

Só, para concluir e em relação aqui a este ponto e a este perigo iminente que existe, principalmente, junto à zona do cemitério na ligação da Estrada Moreira - Santar, ainda hoje, antes de vir para aqui, no atendimento aos nossos Fregueses, tivemos cinco moradores daquele Bairro,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

nomeadamente, um deles até, recentemente, investiu em Santar e foi morar para lá, mas a grande preocupação, de facto, é a velocidade a que passam os carros naquele local e que vem, se hoje, com pouco, com menos viaturas ali a circular diariamente existe esta preocupação e este medo, se formos colocar para ali mais tráfego, essa situação vai ser mais grave. E, por isso, requer de nós a maior atenção.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entender.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Obrigado Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Santar/Moreira.

Dizer só duas, ou três coisas muito rápidas também.

A primeira questão tem a ver com o Projeto original que tinha um conjunto de valências, mas caiu e, portanto, o que nós temos agora é este. Este, para ser feito, a aceção deste Executivo, parece-me que é a correta.

Caída uma candidatura que foi, havia dois caminhos a fazer. Olhe, caiu a candidatura e pronto e não se faz. Ou se tenta candidatar na mesma em sede de PRR nas Acessibilidades porque também, tipificado o quem estava lá na candidatura.

Mas, ao fazer essa candidatura, nem tudo o que nós desejaríamos que estivesse lá incluído, ou que pudesse ser incluído, pode ser incluído. O que é importante é que se faça a Requalificação do Centro Histórico de Santar com um financiamento a 100%, Senhor Presidente da Junta, não pode ser, de forma alguma, desperdiçado ao não ser executado. É claro que não está lá tudo que nós desejaríamos? Obviamente que não.

Mas há lá uma intervenção. E, se, digo eu, os seus Pares, das outras Freguesias não se importariam que esta requalificação pudesse ser feita nos Centros Históricos das respetivas Freguesias. Isto para dizer que, de facto, nós não podemos incluir tudo o que desejaríamos. Mas vai ser feita uma requalificação que vai, na questão da acessibilidade, da mobilidade, da requalificação do Centro Histórico e com o investimento público e privado que há, particularmente, naquelas acessibilidades e naquelas vias, vai permitir uma atratividade acrescida a Santar, como o Senhor Presidente também concordará. E, portanto, havia esta linha de financiamento, esta candidatura. Podia ser feita desta forma, nós não a enjeitámos.

Como nós dissemos, como complementar, assumir o Município porque também é da sua responsabilidade, para alavancar o que é a candidatura, havia a componente da sinalética, que é o Município que vai ser responsável. E, por isso, a Requalificação da Rua das Adegas, que é imperioso que seja feita.

No que concerne à Avenida Viscondessa de Taveiro há uma intervenção que foi feita, de um investimento privado, que vai ser requalificada brevemente. Estivemos lá ainda há bem pouco tempo, Senhor Presidente, na quarta-feira passada, se a memória não me traiçoa. E, portanto, essa requalificação agora tem a ver com retirar a parte dos cabos elétricos para serem enterrados. E, depois, na empreitada que estava, fazer o alcatroamento, como decorre das suas obrigações. E fazemos o remanescente da outra parte porque há ali, claramente, uma questão para resolver até por causa de segurança também nas acessibilidades.

E, no resto que o Senhor Presidente falou e que nós conversámos, obviamente que vamos acompanhando e vamos vendo. O importante mesmo, na nossa aceção, até porque a sinalética não vai ter um impacto assim tão grande. A sinalética vai permitir regular, regularizar o trânsito,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

regularizar as acessibilidades e acima de tudo, também permitir que seja requalificado o Centro Histórico de Santar. E, portanto, é nós pensarmos que, de facto, isto é, claramente, um acrescento em termos do que é o Centro Histórico de Santar.

Obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- A sinalética, as obras, a primeira empreitada, como eu tinha dito, vai ser feita com a Requalificação da Rua das Adegas. Ao fazemos essa requalificação, implica que haja também sinalética associada à requalificação. A sinalética é para ser regulamentada de acordo com a empreitada. Embora haja, naturalmente, uma questão que tenha a ver com a segurança da acessibilidade da Rua Viscondessa de Taveiro em termos do que é mais significativo. O resto será feito com a implementação do Projeto depois de aprovado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, iríamos colocar à votação este Aditamento ao Regulamento de Trânsito da Vila de Santar. Precisa de mais um esclarecimento? Faz favor, então.

O Senhor Deputado Jorge Abreu:

- Senhor Presidente, eu, mais do que ninguém, se calhar, nesta sala, tem interesse em que a Requalificação de Santar seja feita. A candidatura do PAMUS caiu. Esta candidatura abrange e tem outros moldes e acho que é, de todo, proveitosa e esperamos que venha aprovada e com maior celeridade possível.

A questão que eu coloco e que foi colocada na reunião de trabalho que tivemos, foi que existe esta empreitada que inclui sinalética em conjunto com a pavimentação da Rua das Adegas, junto à Igreja da Misericórdia e existe a candidatura para a Requalificação Urbana da Avenida Viscondessa de Taveiro e que essa, sim, vai levar, ou vai obrigar a que haja uma alteração significativa na alteração de trânsito em Santar.

E aquilo que foi abordado e aquilo que foi acordado, digamos assim, foi que estas obras seriam feitas, a colocação da sinalética definitiva seria colocada depois da Requalificação da Av.^a Viscondessa de Taveiro porque não faz sentido, e qualquer pessoa não vai conseguir perceber qual a razão de, a partir do dia de amanhã, ou do dia que for, chegar junto à Igreja da Misericórdia e encontrar um sentido proibido que o impede de seguir a sua marcha porque alguém se lembrou de pôr ali um sentido proibido e há uma decisão sobre isso.

É necessário acompanhar as coisas e planificar o trabalho de forma a que seja articulada e, facilmente, compreendida pela pessoas porque nós devemos sempre ter, nós temos este lema na Freguesia é pensar, primeiro nas pessoas e na forma de as pessoas acolherem bem e receberem bem as alterações porque todos nós sabemos que a resistência à mudança é sempre um bocadinho mais agreste e nós temos que ajudar nesse aspeto.

E, por isso o que eu solicito é que me diga se, de facto, se mantém a alteração da circulação do trânsito, se se passa só a fazer depois das obras de Requalificação, as ditas obras da candidatura, da Av.^a Viscondessa de Taveiro porque antes disso não há qualquer razão, nem há qualquer motivo para o fazer. As obras de Requalificação não estão feitas. O âmbito da Mobilidade não existe porque as condições no terreno são iguais. Por isso, não há qualquer razão nesse sentido. Penso que fui clara aqui na minha dúvida sobre este aspeto.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente, faz favor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente da Junta.

Pensar primeiro nas pessoas é uma coisa que é um pensamento seu e na Junta e, suponho que nas Juntas todas e em todos os Executivos, naturalmente. Parece-me que é uma daquelas realidades insofismáveis que não vale a pena alterar.

O que nós falamos aqui é, nós temos um investimento público e um investimento privado na zona e, como o Senhor Presidente da Junta também sabe, havia também no que é um Projeto âncora também para Santar e um grande nicho de desenvolvimento, haver um compromisso de maneira a também a parte do trânsito, tendo em consideração o investimento que vai lá ser feito, o trânsito dos pesados ser retirado, ou poder ser retirado da parte do Centro Histórico.

Mas não é o móbil principal. Nós acreditamos e o Senhor Presidente também concorda sobre isso, até já falou, que, de facto, o retirar parte do trânsito, particularmente, os pesados do Centro Histórico e na via em questão, com os dois sentidos que torna, particularmente, conflituosa no que é a sua parte mais constringente, digamos assim, faz sentido.

O que nós falamos é, portanto, quer na Rua das Adegas, onde, naturalmente, terá que ser feita a sinalização, quer na parte do que é o retirar do trânsito pesado da via, é uma questão que vai ser feita e acompanhada. O que não invalida que tudo o que tem a ver com a sinalização e com a empreitada depois ser feita, também será acompanhada.

E, como nós falámos, será sempre feito o acompanhamento com o Senhor Presidente da Junta, com a União de Freguesias, mas também sempre no que é o interesse superior da Vila de Santar e da Junta de Freguesia.

Concluí, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos esclarecidos?

O Senhor Presidente da Câmara:

- A resposta conclusiva, Senhor Presidente. Não sei se quer mais conclusivo que isto. As infraestruturas que têm a ver com a Rua das Adegas e a sinalética toda têm que ser regularizadas.

No que concerne ao PRR e depois à implementação de toda a empreitada, muito do que é a sinalética, como diz o Senhor Presidente, é feita decorrente da empreitada depois de concluída. Mas há também sinalética que tem a ver com o facto de haver necessidade de a parte do que é a circulação dos pesados ser retirada da parte do Centro Histórico de Santar, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, vamos proceder à votação. Ainda não? Não está esclarecido? Faz favor. Se calhar, não está é convencido. Não sei.

O Senhor Deputado Jorge Abreu:

- Eu peço desculpa, mas fala na colocação de sinalética para desvio de trânsito pesado. E eu coloco-lhe a questão: Para onde vai desviar o trânsito pesado? Não, não há nenhum desvio de trânsito pesado. O desvio do trânsito pesado que é feito para o cruzamento, é que eu conheço bem o Projeto PAMUS. Não, mas conheço. Mas conheço mesmo. Conheço mesmo. Conheço e posso-lhe dizer que, tanto o cruzamento com a Estrada de Carvalhal Redondo, como com a Estrada de Santar, tinha um corte de prioridade, de um sentido e do outro, com uma barreira física. E, neste momento, neste momento o Senhor Eng.º Araújo não contempla no Projeto. E, se contemplar, mostre-me onde é que está contemplado. Um triângulo com perda de prioridade quem vem de Carvalhal Redondo e quem vem de Moreira. Não é colocar lá um sinal de STOP. Então, porquê? O Senhor Vereador, penso que quer ser responsável por algumas destas mortes, de certeza absoluta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhor Presidente, eu gosto de tratar assuntos sérios. Neste caso, aquilo que ele, e indo direto à questão, o que não é aceitável é chegarmos à Avenida Viscondessa de Taveiro, sem haver qualquer tipo de intervenção, intervenção essa que foi pedida e é pedida por as pessoas de Santar e da Freguesia há muitos anos, é que, para além da exigência, a exigência que foi feita por parte do Investidor, no Hotel, do Investidor no Santar Vila Jardim, entre outros, foi sempre, desde o início, não só a alteração do trânsito, mas sim a Requalificação de toda aquela via desde a Escola Primária de Santar até à Igreja Matriz, com a Requalificação do piso.

Se me permite, deixa-me concluir. Aquilo que ficou, na nossa reunião, abordado e que é a nossa posição e que tudo faremos para que seja, nesta metodologia de trabalho e de ordem de seguimento, é que a sinalética de desvio de trânsito para a Avenida da Soma, desvio de trânsito pesado e a maioria do desvio é feito pela Avenida da Soma, Avenida 25 de Abril e falta, tem que haver uma intervenção na Rua do Carvalhinho, que é a Rua que vai suportar, seja ela por intervenção da Câmara Municipal, seja ela por alguma outra, alguma candidatura. Isso é algo que me ultrapassa. O que existia no âmbito do PAMUS era essa intervenção. Nesta candidatura não existe. E, aí, neste momento, esse traçado não garante condições de circulação de pesados naquele local.

Segundo, a sinalética colocada na Avenida Viscondessa de Taveiro para trânsito local, quando falamos ali de alteração de sentido de trânsito e isso, é que só poderá ser colocada, ou só deverá ser colocada depois da Requalificação da Avenida Viscondessa de Taveiro, nos moldes da candidatura que foi feita e se vier aprovada, que, assim, o esperamos. Está é a única, é aquilo que, neste momento, falta esclarecer neste sentido nesta Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, faz favor de prestar esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu começo por aquilo que o Senhor Presidente da Junta disse e bem, que há muitos anos que é uma coisa que é a intervenção na Avenida Viscondessa de Taveiro é um pedido, ou uma solicitação de há muitos anos. Mas, Senhor Presidente, deixe que lhe diga que se o Projeto do PRR, se for aprovado, como nós desejamos, vai ser, finalmente, resolvido. E, portanto, é, manifestamente. Eu continuo a centrar-me no que é, não é que o resto seja acessório, mas no que é essencial aqui mesmo é que a candidatura seja aprovada e que se possa fazer a Requalificação e que seja, ao fazer essa intervenção não é só a Requalificação do Centro Histórico, mas é também a mobilidade e a segurança das pessoas. E, acho que o Senhor Presidente também concorda com isso.

O que nós estamos a falar aqui, a sinalética que está a falar tem a ver com a intervenção, voltamos a dizer, da Rua das Adegas, não tem dúvidas quanto a isso, na intervenção da sinalética. Os autocarros, como sabe, têm ali um constrangimento grande no contornar do autocarro, na manobra que têm que fazer também. O que nós consignamos, ou que incluímos dentro do Centro Histórico de Santar são os autocarros. Os pesados não vão passar. Vão ser desviados pela Variante, aqui, da Variante que vem dar aqui a Algerás, como o Senhor Presidente sabe. Portanto, não há um sobrecarregar, em lado nenhum, no que estava a referir. Aliás, nós já tínhamos falado nisso quando foi a reunião, Senhor Presidente. Desculpe, não vejo, na Rua da Soma não há pesados, Senhor Presidente.

O desvio que nós tínhamos falado, Senhor Presidente, tem a ver com a Variante. Não sobrecarrega aí. É só a questão dos autocarros. Nada mais, Senhor Presidente. Foi como nós tínhamos falado. É, Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado Jorge Abreu, ficamos sem gravação da sua parte. Então, estamos esclarecidos? Podemos proceder à votação? Também quer intervir neste ponto? Ó Senhor Deputado, não se importa de intervir no próximo que é da Vila de Nelas? Vá.

O Senhor Deputado António Borges:

- Se eu percebi, o Jorge Abreu, a questão que pôs é: Se a alteração de trânsito que estamos a aprovar agora é para entrar em funcionamento já? Ou depois de feitas as obras? Só preciso que o Senhor Presidente me diga se é já, ou depois de feitas as obras. Ponto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Ó Senhor Deputado António Borges, dizer-lhe o quê? Que essa pergunta, eu acho que está respondida. Então, a sinalética é, em muita parte, do que é a candidatura. O que é o enquadramento de toda a candidatura implica também que a sinalética seja implementada. E a sinalética implementada também por duas razões particulares: Para regular já o trânsito, para evitar também os constrangimentos que existem e para conseguirmos alavancar todo o investimento que está feito em Santar. Senhor Presidente, não sei qual é a sua dúvida, mas respeito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Quer mais algum esclarecimento Senhor Presidente da Junta? Faz favor.

O Senhor Deputado Jorge Abreu:

- Quando diz, pois, mas agora estamos aqui a deliberar algo que, passados uns dias, pode estar colocado. E a questão de, o que aqui trago não é algo de novo, é algo que tem vindo a ser falado desde há algum tempo, desde o primeiro contacto que tivemos com o Executivo, com este Projeto. Aquilo que acabou de dizer agora é que, no âmbito do Projeto da Mobilidade, necessita, sim, de uma alteração de trânsito. Mas é depois da obra executada. Não é antes da obra executada. Porque, antes da obra executada não existe um Plano de Mobilidade. Existirá um período de obra. E existirá um depois no Plano de Mobilidade.

Se não tem esse Plano de Mobilidade, se não tem essa obra executada, não necessita de estar a penalizar já as pessoas residentes e que utilizam aquela via de circulação. Eu sei que existe uma urgência enorme de conseguir responder aos dois Investidores. Mas esta é uma matéria que vem de há 8 anos atrás e isto sempre foi sendo protelado. Esta questão, se há interesse dos Investidos, mas há interesse das pessoas, há interesse das pessoas. E acho que todos aqui estamos a defender as pessoas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Ó Senhor Presidente, as pessoas não são penalizadas. Então, deixe ver se eu percebo o seu raciocínio. Se me deixar. Pode-se sentar. Não precisa de estar de pé. Eu vejo-o bem. Para lhe dizer uma coisa só, Senhor Presidente da Junta, que é: Então, o Senhor acha que o facto da sinalética ser colocada penaliza as pessoas, mas quando a obra estiver concluída, a sinalética posta já não penaliza as pessoas. É isso? Não é uma compensação. É uma intervenção urbana.

O facto de nós regularizarmos, se me deixar acabar, se me deixar acabar, agradecia. Tem é que, se calhar, pensar isso de outra maneira. O facto da sinalética ser colocada antecipadamente vai fazer com que as pessoas se habituem a depois a forma como vai funcionar a sinalética.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Eu, das reuniões que nós tivemos, Senhor Presidente, julgo eu que houve sempre e há, da parte do Executivo, uma abertura total para nós chegarmos a consensos. Nunca houve esse problema. Nós não temos aqui. Muito do que é esta questão de resolver questões, não fomos nós que as criámos. Não dizemos que não temos nada a ver com o assunto. Não é isso. Eu estou a dizer que não há aqui nenhuma ideia subjacente de fazer uma coisa sobre interesse, ou pressão de alguma coisa que seja.

Agora, em abono da verdade, Senhor Presidente, deixe que lhe diga que as pessoas não serão penalizadas. Seriam penalizadas é se não fosse executada a obra. A obra, depois, decorrente, será, naturalmente, bem-vinda. Espere, Senhor Presidente. Mas o que é que a sinalética vai implicar? Então, vamos por partes. Vamos pôr a votação. Respeito. Julgo que no que nas reuniões que fizemos, mais que duas, três vezes, inclusivamente em Santar, julgo que havia essa ideia.

O Senhor Presidente, a ideia que tem, do que eu percebo, que nos diferencia, que a sinalética deve ser posterior e não anterior. É isso, basicamente, resumindo assim? Então, digo-lhe uma coisa: A minha aceção e que é a aceção do Executivo é que essa questão embora, perceba o que está a dizer, também tem que a ponderar e refletir que poderá servir para as pessoas também se habituarem à mobilidade que vai ser instituída. Pense dessa forma também, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, concluídos os esclarecimentos, podemos proceder à votação.

Quem vota contra ao aditamento a esta reorganização do Regulamento. Nove votos contra, dos Senhores Deputados do Partido Socialista. Quem se abstém? Quatro abstenções, dos Senhores Deputados João Paulo Almeida, Nuno Pereira, Pedro Morais e André Borges.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 - Discussão e votação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas – Reordenamento de Trânsito na Vila de Santar, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 14 votos a favor, 9 votos contra e 4 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos pôr à votação a minuta: Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Portanto, a minuta está aprovada por unanimidade.

Então podemos passar ao ponto seguinte. À, ainda, declaração de voto. Faz favor.

O Senhor Deputado Jorge Abreu:

- Senhor Presidente, só deixar claro, como declaração de voto, que ficou aqui claro que não há intenção de, ou pode haver um risco de não haver uma execução da obra. O Senhor Presidente teve alguma dificuldade em assumir que não tem essa certeza. É um Projeto, uma candidatura que existe, mas que ainda não há certeza. E, então, a urgência que há em colocar sinalética e proibir a circulação de trânsito sem qualquer tipo de investimento.

Isto é um risco que tanto o Executivo da Junta de Freguesia, como a Assembleia de Freguesia, por maioria, por larga maioria, com uma abstenção, votou contra esta intenção. E, por isso, eu, aqui, enquanto Cidadão, mas, acima de tudo como representante da minha Freguesia, não poderia votar de outra forma que não fosse contra uma intenção de pôr sinais e não fazer obra.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Depois, faz chegar à Mesa a sua declaração de voto por escrito. Não se importa?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Então, passamos ao ponto 5.º da Ordem do Dia - Discussão e votação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas - Alteração de Sentidos de Trânsito na Vila de Nelas.

Vamos usar a mesma metodologia. O Senhor Presidente da Câmara fará a exposição, além do documento que já foi enviado. E depois submetemo-lo à vossa intervenção.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

O Aditamento ao Regulamento de Trânsito que aqui se propõe, tanto um, como o outro, estiveram também em consulta pública, naturalmente.

Dizer que muito do que é a proposta, neste ponto, tem a ver com recentrar uma acessibilidade que tem a ver com o centro comercial, digamos assim, o centro nevrálgico da Vila de Nelas, mas também, de alguma forma, regulamentar o trânsito e libertar estacionamento que é imprescindível no que é o Centro da Vila de Nelas.

Com as intervenções feitas no Largo Vasco da Gama, na Rua Vasco da Gama, na Rua da Enfermaria, pôr só num sentido, conseguimos, desta forma, salvaguardar questões de segurança no cruzamento perigoso, em particular, ali na Rua Vasco da Gama, junto aos Correios, que vai ali para o Largo Vasco da Gama. E, ao pôr só num sentido, conseguimos também, particularmente, no que a parte do Largo Vasco da Gama, ganhar estacionamento para o que é a acessibilidade a esta parte do Centro da Vila, bem como libertar daqui os cruzamentos que possam ser, eventualmente, perigosos.

Associado a isto e não está aqui, há uma intervenção que também pretende o que é o Parque de Estacionamento dos Táxis, que está lá com 7 lugares, porque era o que estava previsto pro causa das carteiras que existiam em reuniões também com os Taxistas da Praça. Estamos a tentar e vamos conseguir, naturalmente, em consenso, arranjar maneira de termos ali lugares de estacionamento também, que permitam estacionamentos com parquímetro, que permitam a acessibilidade também aos Correios. E, além do que já há e que vai ser reativado, na Caixa Geral de Depósitos, com a mesma assunção, que funcione com um tempo que não será pago na primeira meia hora para que permita às pessoas terem acesso aos Serviços rápidos para não fazer o entupimento de trânsito e depois o pagamento normal do parquímetro na sua plenitude.

Isto é o início do que se pretende dar mais estacionamento ao Centro da Vila, que passará também para o que é hoje o Largo da Câmara ser reservado para estacionamento também público. E o que é hoje também muita da utilização do estacionamento no Largo da Câmara, que tem a ver com Funcionários e Colaboradores da Autarquia, serem colocados noutra parte junto ao que é hoje a Federação dos Vinhos, como é conhecida.

A alteração substancial tem a ver com a adição do trânsito no que a parte que passa de descendente para ascendente, também nessa aceção, do que é a Rua desde a Estação até às Quatro Esquinas de Nelas. Grosso modo, é esta alteração.

Aproveitámos o ensejo também para perceber que isto visa regulamentar o trânsito por um lado, reganhar uma nova centralidade. E depois haverá uma parte a implementar para criar mais estacionamentos de forma a haver acessibilidade na parte central, digamos assim, da Vila de Nelas.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Depois da exposição do Senhor Presidente da Câmara pretende alguém intervir para pedir mais esclarecimentos? Senhor Deputado António Borges. Mais ninguém.



O Senhor Deputado António Borges:

- Eu tenho aqui algumas dúvidas nesta proposta e prende-se logo com os motivos que levaram a fazer estas propostas de alteração. Que estudos é que foram feitos para se propor esta alteração e não outra? E qual é a justificação? Eu, na informação que vejo, dos Serviços, o que vejo foi que foi pedido aos Serviços um pedido, que foi feito aos Serviços. E os Serviços responderam com uma única justificação, que era facilitar a fluidez, criar melhor fluidez de trânsito.

Ora, vamos começar pela Rua Abel Pais Cabral. A Rua Abel Pais Cabral, que neste momento saía de uma estrada principal para a Estação, um acesso direto à Estação, passa a ter um acesso da Estação para uma rua principal. A fluidez de trânsito faz-me parecer que está aqui já ao contrário. Está a meter trânsito numa via onde há mais trânsito. Portanto, é a única informação que eu tenho aqui é esta. É fluidez, criar fluidez de trânsito.

Segundo, o que é a população precisa? Precisa de um acesso direto à Estação? Ou precisa de um acesso direto da Estação às Quatro Esquinas? A mim, parece-me que o que a população precisa é um acesso mais direto possível à Estação porque é para lá que vai com pressa. Não é ao contrário.

Portanto, fazer, mudar o trânsito da Estação para a Rua Luís de Camões prejudica a fluidez de trânsito pois vem entroncar numa rua principal onde já há bastante trânsito. Ainda mais, numa situação de visibilidade reduzida. Portanto, com riscos que daí podem acorrer de o trânsito que vem ir colidir com o trânsito que está a circular na via principal.

Não é o pior caso. Se passarmos à Rua Vasco da Gama, que também prevê o trânsito do Largo Vasco da Gama para a Rua Luís de Camões. Como? Em que condições? Num cruzamento cego. Nenhum carro consegue entrar na Rua Luís de Camões sem meter metade do carro na estrada, até que o condutor veja se vem algum trânsito do seu lado esquerdo depois de passar a esquina da casa da lavandaria.

Portanto, só quem nunca ninguém se cruzou com um carro a vir da Rua dos Correios para a Rua Luís de Camões é que pode perceber que isto é normal. Não é. Isto dá origem a acidentes com frequência. Portanto, o sentido está, exatamente, ao contrário. Fluidez de trânsito, voltamos a cair numa estrada principal. A fluidez é das principais para as outras.

Terceiro caso: Rua da Enfermaria. Considero que só um sentido, até assim como na outra. Eu não estou a pôr em questão se é só um sentido. Dou, de ânimo leve, ser num sentido. Estou a questionar é o sentido do sentido. Não sei se estão a perceber. Agora, a Rua da Enfermaria é, exatamente, a mesma coisa. A Rua da Enfermaria está a ir do Largo Vasco da Gama, ou da Rua dos Serranos, que eu ainda não percebi muito bem se a Rua dos Serranos quando chegar à Rua da Enfermaria é obrigado a vir pela Rua da Enfermaria abaixo e depois voltar para trás, aqui não diz.

Pois não, não tem trânsito nenhum, só que não parece. Mas a questão é esta: Isso é uma questão à parte. É uma questão que voltamos à mesma situação. Voltamos a levar o trânsito para uma rua que nem devia ter trânsito, mas tem que ter, pronto e continuamos a ter o trânsito. Estamos a pôr mais trânsito na Rua Gago Coutinho, que, por natureza, era uma rua o mais pedonal possível, com o mínimo de carros possível.

Outra vez, como é que é o cruzamento? Cego, completamente cego. Não há nenhuma hipótese de entrar na Rua Gago Coutinho sem meter o carro metade dentro da Rua Gago Coutinho. Desculpem, estas alterações de trânsito, com este sentido, só estão a proporcionar acidentes. Portanto, pensem antes de fazerem estas alterações porque podem vir a ser responsabilizados pelo que aprovarem aqui.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado. Eu só vou relembrar ao Senhor Professor Borges duas, ou três questões que eu acho que o Senhor Professor Borges se esqueceu e eu faço questão de reavivar a sua memória.

A Rua Abel Pais Cabral tinha dois sentidos, ó Senhor Professor Borges. Deixe-me que lhe diga outra coisa também. Já lá vamos. A Rua Abel Pais Cabral tinha dois sentidos. E sabe porque é que tinha dois sentidos também, não sabe? Porque, qual era o objetivo dos dois sentidos? Era a Estação e era a parte comercial também. Certo? Tinha dois sentidos.

Passou a um sentido. E não me lembro também de nenhum Estudo de Viabilidade para se alterar de dois para um sentido. Não me recordo, Senhor Professor. E não me venha dizer que houve porque não houve. Primeira questão.

Segunda questão, não menos importante: Se nós pensarmos no acesso do que é a Avenida Joaquim Henriques, a parte ali dos Mathias, da Estação para baixo, do acesso que é a parte central de Nelas, repare que para vir para o Centro da Vila, por onde é que o Senhor, atualmente, pode vir.

Vem, ou cá em baixo pelo Pomar, ou cá em cima à Avenida João XXIII. Não é por onde tinha que ir. Ó Senhor Professor Borges, se não se importar de eu concluir, terei todo o gosto em ouvi-lo, novamente, se assim o entender.

Mas, portanto, é assim: Deixe que lhe diga duas, ou três coisas sobre isto. Foram consultadas as Forças de Segurança. Foram consultados os Bombeiros. Esteve em discussão pública. Toda a gente se pôde pronunciar. O que não quer dizer que não falemos sobre os assuntos na mesma. Mas isso, todos os procedimentos foram feitos. E a história daquela rua é que teve dois sentidos.

Foi alterado para um sentido, que foi o entendimento. E o entendimento que foi feito aqui não foi só porque sim. É porque também no contexto do que era o tecido comercial, do que nos foi também fazendo eco, também nos foi solicitado que houvesse alguma atenção para o incremento do que seria o comércio. Mas não foi isso que foi levado em linha de conta como factor primordial.

O que foi levado em linha de conta como factor primordial é de que o que é acesso da Avenida Joaquim Henriques, da Estação e de todo o prolongamento ao Centro da Vila ganha, desta forma, uma forma de fluidez maior. Sobre o facto do cruzamento, ou não, de vir dar a uma rua principal, faz com que também o sentido inverso seja quem vem para a Estação também tem que curvar e entrar ali. Em primeiro lugar. Ou vindo cá em cima.

Na Rua Vasco da Gama, eu, não sei se relembro ao Senhor Professor Borges que, atualmente, aquilo tem dois sentidos, Senhor Professor Borges, tem dois sentidos. E é muito mais perigoso como está hoje. Eu não me recordo de ter havido a preocupação do carro ter que sair porque aplica-se da mesma maneira, quer o carro ao vir para baixo e ter que entrar dentro da Rua Luís de Camões, que é o que está a dizer o Senhor Professor e que pode, eventualmente, ter alguma perigosidade, o facto de haver a parte ascendente também do que é o cruzamento, também não tem uma grande ligação.

Dizer-lhe que, ao fazermos isto, estamos a fazer duas coisas. Estamos a evitar, estamos ali a regulamentar o que é uma questão de segurança. Passa de dois sentidos para um. Eu suponho que passa lá várias vezes e eu, como nós, como qualquer um de nós, e, ao passar lá, o Senhor tem ali um constrangimento grande do que são os transportes dos Correios, que têm que fazer as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

cargas e as descargas também, numa rua apertadíssima, que só por milagre é que não há lá acidentes. Ao pôr num sentido, regulamenta e a fluidez é feita no sentido ascendente.

Na Rua da Enfermaria, permita-me, uma vez, discordar, uma vez, de si. Aquela rua tem dois sentidos. Tem carros estacionados de moradores. O que nós vamos fazer com um sentido, Senhor Professor, é que também o outro sentido, a lógica é, claramente, de moradores e de acessibilidade à Rua Gago Coutinho. Não é por aí que se ganha. Porque a entrada para a Rua da Enfermaria já é feita pela Rua Gago Coutinho, em sentido ascendente e para quem vem dos Antónios, digamos assim, do Largo dos Antónios, num movimento descendente.

Evita-se esse cruzamento. A entrada, que é na Rua Gago Coutinho, se fosse feita ao pé dos Antónios, também tem que sair naquela confluência daquela rua que há. E ao libertá-la e fazer com que venho o sentido do Largo da Câmara para a Rua Vasco da Gama e esta ser, evita este confronto de trânsito, Senhor Professor. É esta a lógica.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Mais um esclarecimento? Faz favor Senhor Deputado.

O Senhor Deputado António Borges:

- Eu nunca pus em causa deixar de ter dois sentidos para ter um sentido. Eu disse que ter sentido único para mim era, dava de barato. O que estava em causa é o sentido, até disse assim: o sentido do sentido único. Eu não tenho nada contra que a Rua Vasco da Gama tenha um sentido só, mas a entrar, a sair da Rua Luís de Camões para o Largo Vasco da Gama. Assim como também acho que é pertinente que a Rua da Enfermaria já devia ter há muitos anos apenas um sentido. Mas nunca um sentido para a Rua Gago Coutinho, porque estamos a puxar trânsito, embora pouco, numa rua que deveria ser, inclusivamente, pedonal. Mas, pronto.

Mas a questão é essa. Nós chegamos ali e vamos ter uma saída cega outra vez. São duas saídas cegas que se podem evitar e que pode evitar acidentes se fizermos os sentidos ao contrário. Agora, se isto é viável? Ou se há, quem sou eu para dizer, só estou a dar a minha opinião. Eu acho um perigo, um perigo, nós estarmos a criar um sentido único para a Rua Luís de Camões, quando deveria ser, exatamente, ao contrário, da Rua Luís de Camões para as ruas secundárias. Pronto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra, Senhor Presidente

O Senhor Presidente da Câmara:

- Então, veja-me só este raciocínio. O Senhor Professor Borges diz que, então, o trânsito viesse no sentido Rua Luís de Camões para o Largo Vasco da Gama em direção à Câmara. Certo? Agora, repare, a Rua da Enfermaria, o mesmo. Portanto, também ia confluir nesse Largo dos Antónios.

A Rua do Pombal, já está lá o mesmo. O que vem da Câmara, o mesmo. Agora, imaginem então o ponto que ficava ali de conflituosidade, Senhor Professor. Certo? Não há rotunda nenhuma. Qual rotunda, Senhor? O Senhor vê a conflitualidade que havia? Então, quer dizer, o Senhor Professor já tem ali um cruzamento complicado para ver que quem vêm da Rua do Pombal em direção à Câmara e quem sobe para a Rua do Pombal, ou quem vai no sentido dos Antónios. Agora, ponha essa a cruzar com a Rua Gago Coutinho, como o Senhor Professor estava a dizer e a Rua da Enfermaria. Quatro acessos para aquele Largo.

Agora, há uma coisa, Senhor Professor, deixe só que lhe diga uma coisa. Não é isso. É, assim: Concorda, pelo menos, que colocar num só sentido é positivo. Ótimo. Temos um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

entendimento. No que é o sentido, dizer-lhe o seguinte: O trânsito da Rua da Enfermaria é residual, como sabe. É, basicamente, cinge-se a moradores. É residual. O facto de fazer o acesso no sentido da Rua Gago Coutinho para cima, muita gente podia também entrar por ali, pela Rua da Enfermaria e vinha desaguar ali no Largo dos Antónios, mais a Rua Gago Coutinho, mais a Rua do Pombal, mais o acesso que vem da Avenida João XXIII e quem circula no Largo da Câmara, veja o ponto conflituante, segundo as suas palavras, que estaríamos a criar.

Não há espaço, Senhor Professor. Então, estavam todos ali a cruzar com o que está a falar, Senhor Professor.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, quer voltar à Tribuna para ficar gravado? Não precisa.

Muito obrigado. Não há mais intervenções. Então, podemos pôr à votação o ponto 5 da Ordem do Dia - Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas - Alteração de Sentidos de Trânsito na Vila de Nelas: Quem vota contra? Sete votos contra, dos Senhores Deputados do Partido Socialista, exceto os Senhores Presidentes de Junta do Partido Socialista. Quem se abstém? Três abstenções, dos Senhores Presidentes de Junta Jorge Abreu e António Costa e do Senhor Deputado João Paulo Almeida. Então, a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.5 - Discussão e votação do Aditamento ao Regulamento de Trânsito do Município de Nelas - Alteração de Sentidos de Trânsito na Vila de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 17 votos a favor, 7 votos contra e 3 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta: Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Então, a minuta é aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto seguinte, n.º 6 - Discussão e votação do projeto de Regulamento para isenção de derrama no ano de 2023, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2023.

Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra, ou remete para o documento?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente. Neste documento, pronto, a derrama já foi aprovada. Basicamente, é um procedimento que é feito na derrama. Esteve em discussão pública. Houve Edital. Depois desse procedimento, tivemos que vir aqui para votar, ou ratificar, o que já tínhamos, entretanto, aprovado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sim, Senhor. Muito obrigado Senhor Presidente. Há alguma intervenção mais de algum Senhor Deputado? Não. Então, vamos pôr à votação este Regulamento sobre a derrama.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 – Discussão e votação do projeto de Regulamento para isenção de derrama no ano de 2023, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2023, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada também por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Passamos ao ponto seguinte da Ordem do Dia - Discussão e votação do projeto de Regulamento do Banco Local de Ajudas Técnicas - Sistema de Atribuição de Ajudas Técnicas no Município de Nelas e Logotipo.

Senhor Presidente da Câmara, faz favor, remete para o documento, ou quer fazer uma exposição?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Breve, breve exposição. É só dizer, Senhor Presidente, que é uma iniciativa que está a ser feita também a nível nacional, onde nós nos associámos.

Estes Bancos Locais de Ajudas Técnicas visam fomentar, digamos assim, o altruísmo e a solidariedade social entre os territórios, entre as populações. Naturalmente que o Município se associou a essa iniciativa.

Funciona na Loja Solidária e estão convidados todos os Municípios a participar, com contributos de equipamentos que, eventualmente, já não utilizem, ou que tenham conhecimento e que possam ser, de alguma forma, entregues neste Espaço para serem utilizados por Familiares e por Municípios que necessitem e que não seja necessário fazer um investimento de equipamentos que estejam em condições de ser disponibilizados a Municípios que deles necessitem.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados pretende alguns esclarecimentos? Faz favor.

O Senhor Deputado António Borges:

- No Regulamento, no artigo 7.º - Equipamentos, diz que o BLAT funcionará, essencialmente, com doações de pessoas particulares, ou empresas. Portanto, a minha questão é esta: Se não houver participação de pessoas singulares, ou de empresas, não está previsto nenhum outro processo de dotar este Banco de os produtos essenciais? Era só isso se eu queria saber. Porque, se não há, se calhar, estamos aqui a aprovar um Regulamento de um Banco sem fundos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Deputado António Borges, dizer-lhe que o Senhor Deputado é um conhecedor, ainda por cima, da realidade do Município e das respostas sociais. Causa-me uma estranheza particular a sua questão. Até porque isto é tão evidente que, a não ser que seja só para intervir neste ponto. As Ajudas Técnicas, o Banco Local de Ajudas Técnicas não substitui nada.

É o Movimento que existe para, de alguma forma, também haver uma comparticipação dos Cidadãos para o efeito. Não os substitui. O Senhor Deputado sabe que já existe a Emergência Social, que há apoios que estão consignados, que há equipamentos. O Senhor Deputado sabe isso. Não percebe a sua pergunta.

É, demasiadamente, evidente que isto serve para incentivar, junto às populações, junto à Comunidade, uma perspectiva de apoio de solidariedade social. Não quer dizer que não exista. É um reforço e um apelo à solidariedade social da Comunidade. Parece-me evidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, não havendo mais pedidos de esclarecimentos, vamos pôr à votação este projeto de Regulamento do Banco Local de Ajudas Técnicas: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O ponto 2.7 – Discussão e votação do projeto de Regulamento do Banco Local de Ajudas Técnicas - Sistema de Atribuição de Ajudas Técnicas no Município de Nelas e Logotipo, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos pôr à votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada a minuta por unanimidade.

Então, o Senhor Deputado João Paulo Almeida quer fazer uma intervenção. Declaração de voto? Sobre este ponto. Sim, Senhor. Faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Ora, boa noite, mais uma vez.

Declaração de Voto

A CDU valoriza a iniciativa da Câmara Municipal na construção de soluções de apoio às pessoas com deficiência, contudo, considera que as medidas devem ser dirigidas a todas de igual forma, facultando a possibilidade de acesso, sem exceções, no que toca à condição económica. Eis um exemplo do que, a propósito da discussão do Orçamento na última reunião, nos referimos sobre os meios que a Câmara dispensa na comparticipação do IRS e que poderia ser aplicado nesta medida.

Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado.

Então, podemos passar ao ponto seguinte da Ordem do Dia. Ponto 8 - Discussão e votação da Proposta de projeto de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Nelas.

Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente.

Dizer que esta proposta de Regulamento, havia o Regulamento do Sistema de Abastecimento de Água e um Regulamento de Saneamento e de Águas Residuais e, desta forma, compila. Está eu a dizer, enquanto é distribuído, pelo Jorge, este documento e já lá vamos falar sobre ele, dizer que este Regulamento fica compilado num só, o que torna a sua eficácia e a sua leitura, muito mais rápida, muito mais eficaz e muito mais célere, compilado num só documento, em vez de estar disperso por dois documentos.

Dizer, ainda que, naturalmente, este documento esteve em consulta pública, como é obrigatório. E, decorreu, da consulta pública, que não houve nenhum contributo, nem nenhuma sugestão. O que não valida nada porque, se nós quisermos podemos dizer que o Regulamento está tão bem feito que não mereceu dúvidas. Mas nós sabemos que, por vezes, também as pessoas, na sua azáfama, nem sempre têm disponibilidade para analisarem os regulamentos e os documentos. E este é um documento, em abono de verdade, esteve.

O documento que está a ser distribuído tem a ver com, nós enviámos o regulamento na segunda-feira para cumprir, naturalmente, o que está estipulado em termos de envio dos documentos e, numa última revisão, houve aí duas, ou três questões que são, somente, meras retificações de impacto quase insignificante. É só para, desculpem a redundância, ficar, cabalmente, esclarecidas algumas das questões.

Posto isto, começando pelo documento, no artigo 65.º, no ponto 5 – O serviço de limpeza é executado no prazo máximo de 10 dias. Fica, devidamente, esclarecido. Dizer que o que fica aí, são os dias tipificados e esclarecidos para não haver dúvida quanto a isso.



No artigo 67.º, no ponto 2, o que nós funcionamos é com o diâmetro nominal no que é, digamos assim, a forma de fazer a leitura dos contadores e ficou consignado aí o caudal permanente porque, embora não exista, muito provavelmente vai ter que existir no futuro quando nós fizermos a substituição da rede de contadores e optarmos por uma outra forma de fazer a leitura dos contadores, de telegestão e com contadores até de uma leitura automática.

E fica já aqui esta parte salvaguardada porque é por aí o caminho e é o caminho que nós queremos seguir. E, portanto, para não fazermos o aditamento posterior, foi ponderado e depois decidido ficar isso, salvaguarda feita.

No artigo septuagésimo terceiro, no ponto 6, foi uma correção até que nos foi dita, até em sede de reunião de Câmara, pela parte da Vereação do Partido Socialista, que estava mal identificado o artigo e é o nonagésimo, como está aí. É só uma retificação.

Dizer ainda que no artigo 86.º estava, inicialmente, dois dias. Nós atualizámos para três. E porquê? Desculpem, para três limpezas por ano. Duas, para três limpezas por ano. Tem muito a ver também com o reconhecimento, de facto, que o Sistema não é perfeito até nem muito perto disso. E aumentado isso, permite também que não haja uma sobrecarga tão grande sobre os Municípios e porque nós também temos muito a ver o que é a nossa recolha do saneamento muito com as águas pluviais que também sobrecarregam e, assim, portanto, devíamos ter essa atenção.

Dizer-vos ainda que no artigo 86.º, ainda, na página 3, no número 6, é para deixar isso evidenciado, estas alterações que fizemos: A Entidade Gestora, em períodos que apresentem níveis de precipitação e pluviosidade anormais, como foi o caso deste ano e que pode acontecer, pode, a título excepcional, proceder à alteração do limite de limpezas de fossas sépticas, estabelecido no n.º 2 do presente artigo. Ou seja, o n.º 2 é este, que já houve um aumento, mas, de facto, pode haver situações climáticas com fortes descargas de pluviosidade. E, portanto, terá que, naturalmente, depois ser atendido isso e depois ser verificado quando isso acontecer e haver essa atenção por parte do Executivo, seja ele qual for.

Dizer-vos ainda, também, na página 4, no artigo octogésimo sétimo, que tem aí, logo no início, na alínea m) Deteção de fuga de canalização da rede predial, efectuada a pedido do utilizador/proprietário. Está subentendido sempre nos anteriores regulamentos que era isso. Aquilo que nós aqui fazemos é uma redundância, mas que deixa isso, perfeitamente, esclarecido.

No ponto 5 - As ressalvas previstas nos artigos nonagésimo segundo e quadragésimo nono, tem a ver também com a identificação da correção dos artigos.

Na alínea e) é, com aqui se refere, às tarifas, é na mesma as três limpezas, que já tínhamos, anteriormente, no artigo.

Ainda neste artigo, na página seguinte, na alínea k), novamente aqui a redundância: efectuada a pedido do utilizador/proprietário. Está lá subentendido que está nos regulamentos. O entendimento é que isto está subentendido. Nós achámos que fazia sentido, além de estar subentendido, ficar, devidamente, referenciada essa parte.

Os outros artigos que vêm, as outras alterações que estão sombreadas a azul, como viram, para ter uma leitura mais célere.

Ó Senhor Professor, eu que já estou, de facto, a usar óculos, admito isso, estou a falar sério, mas consigo ler. Mas consigo ler. Isto, para dizer o quê? No artigo octogésimo nono, o ponto um e no artigo nonagésimo, os pontos um, dois e três, têm a ver com a parte: ou meios móveis. Também a prever, precisamente, a questão de mais tarde ser instalado um novo sistema de leitura dos contadores e quando for por caudal, como nós também todos esperamos.

Depois temos, finalmente, no ponto 5, o que nós estamos aqui a falar é que: A tarifa variável aplicável aos contadores totalizadores é calculada em função da diferença entre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

consumo nele registado e o somatório dos contadores que lhe estão indexados. Aqui também é a redundância, com a exceção das situações em que os usos efectuados no âmbito destes contadores não gerem águas residuais.

É também assumido, como estava nos regulamentos anteriores, isso que estivesse subentendido, à semelhança das outras, frases que foram acrescentadas. É para ficar isso, devidamente, esclarecido.

Há aqui, no artigo nonagésimo nono, que tinha que ficar evidenciado da cobrança coerciva porque tem que ser feito o envio para dívida para cobrança coerciva. Tem isto a ver com, quem não paga, há um conjunto de procedimento de avisos que são feitos, procedimentos que fazem parte desta forma depois de cobrança, não tem a Câmara forma de fazer essa cobrança coerciva porque não tem essa tipologia em termos do que é a sua função. Mas pode enviá-los para cobrança coerciva. E tem que ser essa parte, devidamente, aqui, ressalvada, que pode ser feito isso, mas com o envio para cobrança coerciva nessa Entidade.

A Prescrição e a Caducidade foi só apenas também uma redundância do que era o Regulamento para deixar mais esclarecido.

E, finalmente, na Entrada em Vigor, o que era a recomendação e o funcionamento, que era para ser para o ano civil de 2023, a partir de 1 de janeiro, obriga a que a publicação seja feita imediata à sua publicação 15 dias após a sua publicação em Diário da República, depois, naturalmente, de aprovado.

E, portanto, estas notas que deixaríamos. Obviamente que isso aí é só o conhecimento e, naturalmente, na segunda-feira, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes da Junta, à semelhança dos Senhores Vereadores, que hoje decorreu também em reunião de Câmara, da parte da tarde, receberão o texto final, com estes sombreados, para terem conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de dar a palavra aos Senhores Deputados, eu gostaria de referir aqui, no artigo quinto do Regulamento, que deixa-me alguma tranquilidade, por enquanto, a Entidade Titular e a Entidade Gestora do Sistema, continua a ser a Câmara Municipal. Isto é, se tivermos algum problema temos a Câmara Municipal para reclamar. Ou falta de água, ou rutura, seja o que for.

O Senhor Presidente referiu aqui que o futuro será, naturalmente, o Call Center. Se tem uma rutura ligue para o número 9. Se tem uma avaria ligue para o 7. Não, não. Neste momento, este Regulamento prevê que a Entidade Titular e a Entidade Gestora do Sistema é a Câmara Municipal. E isto tranquiliza-me imenso.

A partir daqui, quando isto passar para uma empresa, ou então, até por leituras automáticas, podemos ter mais dificuldades. Por enquanto, não me causa preocupação.

Então, dava a palavra aos Senhores Deputados para esclarecimentos, depois da exposição do Senhor Presidente da Câmara. Alguém se quer inscrever? Não.

Então, podemos proceder à votação: Quem vota contra o Regulamento? Só um voto contra. Quem se abstém? Então, está aprovado por 26 e 1 voto contra, do Senhor Deputado João Paulo Almeida.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 – Discussão e votação da proposta de projeto de alteração do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos votar a minuta. Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade.

Ponto 9 da Ordem do Dia - Discussão e votação da Proposta de preços/tarifas a cobrar dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, com as respetivas Fundamentações Económico-Financeiras.

Senhor Presidente da Câmara, faz favor. Remete para o documento que foi enviado, ou quer fazer uma exposição? É melhor fazer.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente. Uma exposição também sobre a questão do tarifário. E nisto do que é esta proposta de atualização de tarifário, dizer duas coisas que são importantes serem ditas. A atualização de um tarifário não é, propriamente, uma medida muito popular. Nunca o foi. Não é. Nem nunca o será.

Em abono de verdade, nós achamos que as atualizações do tarifário fazem sentido. Se nós tivermos toda a noção de não termos uma questão de termos uma perspetiva pedagógica sobre o assunto, nós, todos os anos, no início do ano, aumenta o gás, aumenta o pão, aumenta a luz, aumenta tudo. O que não quer dizer que seja, necessariamente, uma coisa boa. Mas é como a vida funciona. E estamos a falar da água, de um bem finito, de um bem escasso e que deve ser preservado. E, por vezes, nós também temos que ter a noção de que temos que ter bons hábitos de consumo da água, por um lado.

Por outro lado, não quer dizer que seja por vontade própria que se faz uma atualização do tarifário da água. Se fosse por opção, não o estaríamos aqui a fazer, também, naturalmente, no sentido de ter que fazer esta atualização desta forma. Fá-lo-íamos na forma como nós achámos e na forma como defendíamos que tivesse sido feito, de uma forma gradual, como tudo o que acontece na vida. Se tivéssemos feito as coisas de uma forma gradual, não teríamos que ter que fazer um aumento depois com uma forma mais significativa.

Ao fazermos esta atualização do tarifário, fazemo-lo porquê? Dizer que o que tem a ver com a Coligação, tanto no mandato de 2013 a 2017 e de 2017 a 2021, foram sempre dizendo que a forma de fazer, correta com a água, seria um aumento paulatino e gradual do tarifário da água que tivesse a ver com o que era a recuperação de custos. Nós andamos, o hiato do que é o esforço público é entre 600.000,00 euros, 700.000,00 euros/ano, nestas perdas da água. Obviamente que chegou um momento onde isso também nos foi imposto.

Também é importante que nós tenhamos a ideia disto, nesta questão, é: Ou nós fazemos a atualização do tarifário da água, ou devolvemos 5 milhões de euros de Fundos de Coesão. Portanto, o que nós estamos a votar hoje também é: Não é porque nos apeteça também fazer isto desta maneira. De facto, esta proposta é deste Executivo. Não tem outro remédio. Mas este Executivo também faria o aumento, a atualização paulatina, de uma forma gradual, como defendeu.

Esta atualização é feita porque não há outro caminho. Somos obrigados. Como não foi feita a atualização gradual do tarifário, como o que está instituído do que era o documento assinado no âmbito das candidaturas que fizemos ao Ciclo da Água, o documento assinado numa das candidaturas em 2018, que obrigava até 2020 que fosse feita essa recuperação de água. Estamos a falar do grau de recuperação de custos que tinha que atingir o mínimo de 90%, não foi feito, tem que ser feito agora.

A forma como foi feita foi no sentido de imputar um mínimo possível, o encargo, mas com a atualização a ser feita até ao grau de 90%. Havia um documento que foi entregue. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Consultor que fez este Estudo é um Consultor que foi contratualizado pelo anterior Executivo e onde houve outras versões. Não quer dizer que as versões tivessem sido contempladas, em abono da verdade. Mas o primeiro Estudo previa um grau de recuperação de 96% e de valores que estavam contemplados acima do que estava aqui também na versão que aparece agora.

As próprias Recomendações que nós temos diziam-nos, até do Consultor, que era recomendável que fizéssemos uma taxa de recuperação acima destes 90% de forma a que na implementação do tarifário e na implementação do que é um ano, particularmente, difícil, recomendaria nesse sentido. Nós achámos que fazia sentido manter este de 90% por causa do impacto que tem, que é o mínimo. Não pode ser outro valor inferior.

E, ao fazermos isto, também com este tarifário, vamos também, moralizar também o que é o consumo. Há aqui muita gente que tinha consumos 0, que tinha consumos doméstico porque tinha poços, furos, em casa e não estava no sistema, nem na recolha de resíduos. E, portanto, o que nós estamos a fazer aqui é moralizar, também de alguma forma, ou a fazer com que o sistema também seja coerente e mais justo. Não é nosso. É da proposta do Estudo. E nós concordamos com ela. Postas as coisas dessa forma é mais correto.

Dizer ainda que foram previstas aqui duas questões: Que o impacto não fosse tão exponencial. Que fosse defendida a questão do tarifário social, do tarifário familiar. Mas também da parte dos consumos. Os consumos, em média, são os que estão referenciados e que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal leu.

E, depois, dizer-vos também no que foi um debate que tem a ver com os custos, ou o Centro de Custos com o funcionamento. Nós temos aqui, no que concerne ao Serviço de Água, não é o substancial como nós vimos na atualização porque não é aí que tem havido a implicância desta atualização, mas sim no saneamento, o investimento que nós fizemos nas ETAR,s e bem.

E, esse investimento que foi feito nas ETAR,s tem custos também associados e que têm que ser repercutidos. O que nós fizemos foi que o Centro de Custos tem, as ETAR,s, a partir do momento em que entram em funcionamento, têm custos de funcionamento, têm custos de manutenção. Os reagentes, os custos energéticos e os custos, naturalmente, aumentam.

Mas não deixa de ser curioso que, no que concerne aos custos, no que é a Demonstração de Resultados, em 2019 eram 688.840,00 euros e em 2021 eram 855.000,00 euros, nos Proveitos. Mas, nos Custos, no que concerne a Fornecimentos e Serviços Externos, há um de 196.000,00 euros em 2019 e um de 209.000,00 euros em 2021. Mas tem a ver, naturalmente, com o funcionamento das ETAR,s, com os reagentes, com o Reservatório.

E estes valores não são valores quaisquer. São valores que estão consolidados. Que foram incluídos na Prestação de Contas e que foram votados favoravelmente. Portanto, este dado de 2021 onde nós temos que nos basear é um ano onde este Executivo exerceu durante dois doze avos. E, portanto, este Centro de Custos existe. Foi sufragado. Foi votado. E é este que é o indicativo para funcionar.

E, digamos, em abono da verdade, ainda bem que assim é, porque se fosse o de 2022, com o funcionamento das ETAR,s mais exponencial, com os reagentes, com tudo o que é o funcionamento destes equipamentos do Ciclo Urbano da Água, o referencial de custos seria maior e, porventura, as atualizações, também.

Para terminar, Senhor Presidente, no que concerne à exposição, a votação que nós fazemos hoje é: ou votamos um tarifário de água, que somos obrigados a fazê-lo. Que houve o cuidado de ter o menor impacto possível. Que foram tirados todos os custos possíveis e imaginários que estão associados, quer da Equipa do Executivo, que são os custos imputados, até onde foi possível ir e votamos e fazemos o que nos comprometemos a fazer, que nos honramos a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

fazer no âmbito das candidaturas. Ou, então, devolvemos os 5 milhões de euros que recebemos das candidaturas, o que seria um contra senso.

Portanto, é este o caminho, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta. Estejam à vontade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Muito obrigado.

Então, Senhor Deputado João Paulo, faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Boas noites, outra vez.

Eu, é só uma intervenção.

Tendo em conta que a vida dos Nelenses não está fácil devido ao aumento dos preços dos bens essenciais e à perda real de compra, consideramos que qualquer discussão que vise agravar ainda mais as condições de vida, não será acompanhado pela CDU, nomeadamente o aumento da fatura da água no Concelho de Nelas.

Sobre o Estudo em concreto, faremos chegar por escrito, uma declaração de voto, dado à sua extensão e exigir, compreenderão, que fundamentamos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, depois, fará chegar à Mesa. Com certeza. Muito obrigado. Senhor Deputado António Borges.

O Senhor Deputado António Borges:

- Ora, este ponto, como o Senhor Presidente começou por dizer, é um ponto bastante delicado. É um ponto que todos nós reconhecemos que as tarifas têm que ser atualizadas.

Quanto ao saneamento e aos resíduos sólidos, fundamentalmente, o saneamento, é lógico que nós não tínhamos ETAR,s a funcionar, logo não era correto estarmos a cobrar mais aos Municípios.

Neste momento, temos 7 ETAR,s a funcionar, elas têm gastos. O princípio do poluidor/pagador terá que ser ajustado. Espero que o ajuste tenha sido feito com bastante rigor e não inflacionado como acontece na água. Na água, nós não nos parece que tenha sido tido em conta todos os parâmetros necessários para que a água não aumentasse como aumentou.

Isto está bem espelhado na declaração de voto que os Senhores Vereadores do Partido Socialista fizeram em dezembro porque, de facto, o Estudo que foi feito, foi feito com os gastos fornecidos à ERSAR, que de 2020 para 2021, praticamente, duplicou. Portanto, nós achamos e temos quase a certeza que estes gastos que estão imputados à água, gastos com fornecimentos de Serviços Externos reportados à ERSAR em 2021 foram 209.000,00 euros. Em 2020 tinham sido 134.000,00 euros.

Portanto, de facto, este Executivo só lá esteve três meses, mas conseguiu logo aumentar aqui para o dobro. Claro que é a partir daqui que, aumentando para o dobro esses valores, os valores depois, seja qual for o Estudo que façam, terá que ser aumentado. E, portanto, tivemos aumentos na água ma ordem de 57%, o que é incomportável para qualquer empresa.

E também quanto às empresas, acho que estamos a correr sérios riscos com o aumento que estamos a propor às empresas. Mas isso é uma situação que terão de ponderar se quiserem.

Portanto, nós, embora reconheçamos que, de facto, é necessário fazer acertos, parece-nos que os acertos não têm que ser tão brutais como estão propostos aqui.

Por isso, não podemos votar a favor, mas vamo-nos abster.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Muito obrigado Senhor Deputado. Há mais uma intervenção do Senhor Deputado Rui Costa. Faz favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Como todas as pessoas nesta sala, ninguém gosta, realmente, de aumentos. Eu também não gosto e fico, assim, perplexo com esta situação.

Perplexo, mas nada do que nós já não tenhamos falado em anos anteriores, com avisos constantes, que isto deveria ser atualizado, paulatinamente e não chegar com a corda na garganta, ou apertadas, ou largas.

E, então, o que aconteceu é isto. Temos estes aumentos. E, se não os tivermos vamos ter cerca de 5 milhões de euros para devolver. Ou seja, para pagar. Temos que pagar na mesma. Cinco milhões de euros por 13.000 habitantes dão 400,00 euros/habitante. Num agregado familiar de 4 pessoas, 1.600,00 euros. Isto é o que herdámos. Ou uma dívida por pessoa, ou, então, vamos ter que a pagar na fatura da água.

Portanto, não podemos chegar aqui e dizer, tapar os olhos, dizer: É pá, é uma barbaridade. É um aumento excessivo. Mas o aumento excessivo tinha sido reduzido nestes últimos 5, 6 anos. Atualmente, não estávamos a fazer aumentos de 57% como disse o Senhor Professor Borges. Estávamos a fazer 2%, 3%, ou 4%, mediante a inflação.

Portanto, não se pode acusar este Executivo de estar a fazer o aumento porque apetece. É porque é imposto. Ou, então, podíamos inverter isto. Púnhamos aqui à votação se queríamos pagar 5 milhões de euros. E acredito que aí votavam a favor, ou seja, contra, como é óbvio. Portanto, meus Senhores, eu também não gosto. Nenhum de nós gosta. Mas acho que é inevitável termos que assumir este aumento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, para esclarecimentos, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só, muito rapidamente, dois apontamentos. Muito obrigado.

No que concerne ao Senhor Deputado João Paulo, é dizer-lhe, voltar a falar que, independentemente do que expôs e, naturalmente, quem sou eu, não ponho isso em causa, mas voltar a frisar que é uma imposição, que é uma obrigatoriedade. Nós temos mesmo que fazer a atualização para recuperar as taxas de 90%, sob risco de termos que devolver os Fundos de Coesão que foram concedidos no Ciclo Urbano da Água.

Depois, dizer ao Senhor Professor Borges, só duas, ou três questões que são importantes aqui, sobre o argumento invocado sobre a Demonstração de Resultados. A Demonstração de Resultados, Senhor Professor, se está nestes dois anos, eu vou falar só sobre estes dois.

O valor global de 2020 e de 2021 é de todo semelhante. Quando o Senhor Professor fala em fornecimento de Serviços Externos de 134.000,00 euros para 209.000,00 euros, deixe-me que lhe diga que é tão simples quanto isto. Duas questões: Este valor contempla o ano inteiro, nomeadamente, com a questão do fecho do Reservatório da Água. Lembra-se, Senhor Professor, do Reservatório da Água foi inaugurado sem estar concluído? Está aqui. Com obras decorrentes para ajudar a finalizar a obra que não foi finalizada.

E estes valores que estão aqui não estão aqui porque nos apeteceu. Está na Conta de Gerência que foi aprovada. Portanto, é desmistificada essa ideia de que a questão do fornecimento dos Serviços Externos está aqui: contratualização, fiscalização e encerramento de obra. Que foi feito pelo anterior Executivo e que está consolidado na Demonstração de Contas.

Era, somente, isso. E dizer que, dos aumentos excessivos, não é em termo percentual. O que interessa aqui é a parte do que o contributo financeiramente. Eu não vou dizer outra vez



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

porque o Senhor Presidente da Assembleia disse logo no início e muito bem, os valores que, em regra, estão em causa e que foram feitos.

Sendo que, também, naturalmente, depois de cumprido isso, se o Sistema vir que há margem, não há ninguém, os Senhores acham que é por livre vontade, os Senhores acham que nós gostamos de estar a propor isto? Não. Isto não tem dividendos nenhuns. Ninguém gosta de tomar uma posição destas. Mas tem que ser feita. Os compromissos têm que ser honrados e as obrigações também.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Fica a promessa de que pode vir a baixar o tarifário. Pelo menos, tem essa intenção. Muito obrigado. Então, não havendo mais intervenções, vamos propor a votação deste aumento do tarifário: Quem vota contra? Um voto contra do Senhor Deputado João Paulo Almeida. Quem se abstém? Nove abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Então, faz favor de ler.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 – Discussão e votação da Proposta de preços/tarifas a cobrar dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, com as respetivas Fundamentações Económico-Financeiras, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 17 votos a favor, 1 voto contra e 9 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos pôr a votação a minuta: Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Portanto, aprovada por unanimidade.

Ponto 10 da Ordem do Dia - Discussão e votação da 1.^a Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023. Senhor Presidente da Câmara, faz favor. Remete para o documento que foi enviado, ou quer fazer uma intervenção para explicar?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só fazer uma curta intervenção. Senhor Presidente, obrigado pela atenção concedida.

A Revisão Orçamental, como nós falámos, à semelhança do que também já aconteceu, tem a ver muito com a necessidade de acomodar em sede do Orçamento aquela verba que nós já falámos no âmbito da delegação de competências da Ação Social e, portanto, que está aqui, devidamente, consignada, os 192.157,00 euros, que surgem no âmbito das transferências de competências da Ação Social para o Município. E também no âmbito do Fundo da Emergência Municipal, que foi criada uma rubrica pelo apoio financeiro que foi atribuído ao Município para reparação dos danos em infraestruturas e equipamentos provocados pela depressão Elsa e Fabien, no valor de 182.427,01 euros.

Dizer-vos, ainda, sobre esta questão, que foi feita a candidatura no montante de 511.716,26 euros. Havia uma comparticipação assegurada, na altura, da ordem dos 60%, que estava, devidamente, consignada em Orçamento.

No Orçamento, depois, o Governo alterou e mudou a comparticipação de 60% para cerca de 25%. Uma diminuição bastante significativa. E, portanto, o valor de financiamento conseguido são estes 182.427,01 euros. E, portanto, esse também está consignado no que é parte também do que é a Revisão Orçamental.

Ainda no que é, no âmbito da Revisão Orçamental, o âmbito de uma candidatura no PDR, na Renovação de Aldeias, sobre a égide da Associação de Desenvolvimento do Dão, que foi criada a rubrica para a criação da Praia Fluvial, com o investimento do Município, que a candidatura é de 200.000,00 euros e tem uma comparticipação elegível até 80.000,00 euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Naturalmente que uma Praia Fluvial não é feita com 200.000,00 euros. Mas é um investimento que pode ser participado em outro Quadro Comunitário e é compatível. Mas há esta linha de financiamento que pode ser feita no âmbito do que é a Renovação de Aldeias e do que tem a ver com o investimento na parte do Turismo.

A Praia Fluvial que nós aqui falamos. A Praia Fluvial, eu ia-lhe falar sobre isso. Mas, respondo no decorrer. Como é sabido, esta ideia de fazer uma Praia Fluvial e este Projeto, já se arrasta há muitos anos. Eu lembro-me de vários Executivos dos vários Partidos. Portanto, não é, propriamente, uma ideia nova. Mas é uma ideia que há muito tempo foi apresentada, que nós assumimos para concretizar. E a ideia original que havia da Praia Fluvial era no Rio Mondego, nas Caldas da Felgueira.

Naturalmente que parte do que é a afetação para o primeiro ano, tem a ver com um Protocolo que nós temos feito com o Departamento do Ambiente do Instituto Politécnico de Viseu e o Estudo que vai que ser feito também sobre a Viabilidade da própria Praia lá. Nós tivemos um ano excepcional. É verdade. Mas, por exemplo, não tivemos água significativa no próprio Rio Mondego que é o maior Rio português que nasce e desagua em território nacional.

E, portanto, mas há soluções sempre técnicas de sistemas de represas, de espelho de água que podem acontecer. O que não invalida, se não for viável, que possa ser feito no Rio Dão. Mas, a prioridade, o que estava instituído, era nas Caldas da Felgueira. Eu ia falar sobre isso, mas suponho que desta forma também estará isso, devidamente, respondido.

E foi criada a GOP dos Planos de Acessibilidade em Santar, também naquilo que nós estávamos a falar, para deixar aberto a aprovação da candidatura de PRR.

E também a que teve que ficar consignada a criação da Equipa Multidisciplinar do Projeto do Sucesso Educativo, que está a ser feito nas escolas, que está a fazer um diagnóstico dos nossos alunos, em particular, um apoio com os Alunos com Necessidades Educativas Especiais, que tem crescido exponencialmente no nosso Concelho. E, no âmbito deste projeto, foi criada uma sala para os Alunos das Necessidades Educativas Especiais em Nelas, no Agrupamento de Escolas de Nelas, que tem a dotação já para ser prevista para os equipamentos e o reforço, que já foi feito, na sala que já existia no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim.

Grosso modo, são essas as grandes questões que fazem com que seja apresentada esta Revisão Orçamental.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Depois desta exposição do Senhor Presidente da Câmara não sei se os Senhores Deputados pretendem alguns esclarecimentos. Senhor Deputado João Paulo. Dois. Então, em primeiro lugar, o Senhor Deputado João Paulo.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Ora, boas noites.

Senhor Presidente, pode esclarecer o porquê da transferência de 31.584,00 euros de Trabalhos Especializados para Avenças e a que se destinam.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Se não se importar, Senhor Presidente da Assembleia, posso responder já?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pode. Faz favor. Ai, quer responder já?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Ou, então, não. Vamos manter o que está instituído.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, pronto. Tem a palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Deputado António Borges:

- Só tenho aqui uma questão, que é nas Grandes Opções do Plano, portanto, aqui o Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Santar, no valor de 153.441,00 euros. Isto é delegação de competências da Área Social na Câmara para continuarem a estar? Pronto. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Então, os esclarecimentos são muito céleres. Nós tínhamos acabado de falar, Senhor Deputado João Paulo, nessa questão da criação da Equipa da Promoção do Sucesso Educativo. Isto é no âmbito de uma candidatura a um Programa Operacional que está implementado pela CIM Viseu Dão Lafões e é nesse âmbito que está a ser implementado nos 14 Municípios da CIM.

E isto implica que haja uma Receita e uma Despesa. Portanto, são as remunerações dos Técnicos, que são no âmbito deste Projeto, que entram e saem, com as remunerações. Portanto, não há um acréscimo nessa rubrica. É acomodar, como nós falámos, vão ter que ser transferidas as verbas. E depois, saídas nos Custos e nas Receitas.

No que concerne à Santa Casa da Misericórdia, o valor é, precisamente, esse. O raciocínio do Senhor Professor Borges é, precisamente, o que teve. Tem a ver com a Equipa do RSI, das instalações. E é esse valor que, como estava o Protocolo a decorrer sob a égide da Santa Casa da Misericórdia, tem que ficar lá associada essa rubrica, não invalidando, como nós aqui falámos, que possa mudar a Equipa da RSI, ou manter, ou mudar, ou para a Autarquia, ou para outra IPSS.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Então, não havendo mais pedidos de esclarecimentos, vamos propor a votação a 1.^a Revisão Orçamental. Quem vota contra? Ninguém. Quem se abstém? Duas abstenções, dos Senhores Deputados André Borges e João Paulo Almeida. Então, aprovado por maioria, com 2 abstenções e 25 votos a favor.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.10 – Discussão e votação da 1.^a Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 25 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos propor a votação a minuta: Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

E vamos para o último ponto da Ordem do Dia que é a designação de três Cidadãos Eleitores, três efetivos e três suplentes, para a CPCJ.

Naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara fará a exposição habitual. Mas, segundo a Senhora Dr.^a Susana Craveiro, recomendou que a atual Comissão está a fazer um bom trabalho e teria de manter. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara é da mesma opinião.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Nada a obstar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ai, nada a obstar. Pensei que era contra. Então, não sei. Então, seria de manter. Então, mantém-se o que lá está? Fica, assim, aprovado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Então, Senhoras e Senhores Deputados. Vamos entrar no terceiro Período. Á, querem fazer intervenções? Ai, quer designar? É isso. Eu pensei que era ponto assente a sugestão da Senhora Dr.^a Susana Craveiro reconduzir a atual. Não sei se pode.

Senhor Deputado, faz favor de ir à Tribuna para ficar isto gravado.

O Senhor Deputado António Borges:

- Se eu percebi bem o que a Senhora Dr.^a Susana disse, é que a Equipa está a funcionar bem e deu-me a entender que pensa, ou que já lhe tinham dito, que iam substituir um Elemento que representava a Autarquia. E ela não queria. Pronto. Não. Há um Elemento da Autarquia que nós não temos nada a ver com isso. Pronto. E, dá-me a impressão que esse é que ela queria mantê-lo.

Sim, agora, aqui, é preciso, ela, no pedido que faz diz que já saiu o Senhor Rijo. Inclusivamente, há na composição que faz no Relatório só tem lá dois Elementos da Comissão. Devia ter quatro. Portanto, eu acho que é um erro que está lá. Mas eu não queria entrar em pormenores porque ela tem dois Elementos, se forem ver a composição, só tem lá dois Elementos. Não, tem um na restrita e um na alargada, que é ela. Pronto. E devia ter quatro.

E ela diz aqui que o Senhor Rijo também já acabou o mandato. Eu não sei o que é que têm feito às pessoas que nós temos indicado para aqui. Agora, para que isso não aconteça eu trago aqui uma lista de 6 Elementos, 3 efetivos e 3 suplentes, como ela pede. É o que aqui pede.

Sim, então, agora, podemos. Pronto. Certo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, já terminou? Já terminou? Senhor Deputado António Borges, já terminou? Sim, Senhor. Então, suspendemos os trabalhos durante dois minutos.

O Senhor Deputado António Borges:

- Ora, nós chegámos ali a um Acordo de Cavalheiros. Portanto, não estarmos aqui com eleições e mais eleições, ficou decidido que os três efetivos serão: Isabel Cristina Rodrigues Dias Garcia, Pedro Alexandre Santos Costa e António Correia Brás de Figueiredo.

Depois, nos Suplentes temos: Ana Mafalda Rodrigues Lopes, Pedro Renato Figueiredo Pinto e Ana Isabel Marques Borges de Matos, que saiu dos Efetivos para os Suplentes.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Senhor Professor Borges, podemos acabar com este ponto, ou não? Ou ainda temos mais discussão. Não. Está arrumado. Senhor Presidente, é preciso alguma intervenção sobre este ponto? Não. Está resolvido. Há o entendimento de que não tem votação a minuta.

Então, está encerrado o Período da Ordem do Dia. Passamos ao Período da Intervenção do Público. Antes de entrarmos no terceiro Período, só um minuto. A Senhora Primeira Secretária vai ler os nomes que foram indicados.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.11 – Designação de Cidadãos Eleitores para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido designados, para efetivos, os Cidadãos: Isabel Cristina Rodrigues Dias Garcia, Pedro Alexandre Santos Costa e António Correia Brás de Figueiredo e para Suplentes, os Cidadãos: Ana Mafalda Rodrigues Lopes, Pedro Renato Figueiredo Pinto e Ana Isabel Marques Borges de Matos, tendo sido aprovado com 27 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Entendo que não tem que ter votação esta minuta, mas posso perguntar: Alguém se opõe dos Senhores Deputados? Não. Ninguém se opõe. Também ninguém vota contra, ninguém se abstém. Então, desta vez, está mesmo encerrado o Período da Ordem do Dia.

Vamos passar, então, ao terceiro Período - Período da Intervenção do Público. Quem se quer inscrever? O Senhor Arlindo, o primeiro, da Urgeiriça. E qual é o assunto? Obras de interesse no Concelho. A segunda intervenção, o Senhor Dr. Manuel Marques, de Vila Ruiva, Terras de Senhorim. O assunto de que pretende esclarecimentos? Projeto CAVES, água. Muito bem. Recordo que, em princípio, terão 5 minutos cada um, que poderá ser alargado. Senhor Arlindo, faz favor. Senhor Arlindo, importa-se de dizer o seu nome completo? Arlindo Rodrigues Duarte. Muito obrigado.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados.

Senhores Presidentes de Junta.

Estimado Público.

Boa noite a todos.

Ora, vou começar por umas questões que já várias vezes apresentei nas reuniões da Câmara. Algumas delas foram-me prometidas e até hoje estou à espera.

Passadeiras em frente à Escola do Fojo, onde passam crianças, diariamente. Não há uma passadeira em frente à Escola do Fojo, em Canas de Senhorim.

Passadeiras ao fundo da Avenida da GNR, onde passa uma Senhora com uma criança em cadeira de rodas e não há uma passadeira.

Passadeiras na Urgeiriça, conforme foi prometido na campanha eleitoral. Tenho aqui documento comprovativo.

Lombas na Urgeiriça. Passam carros a 100 à hora, ou mais e não há uma lomba, nomeadamente, cá em cima, a atravessar para a Capela e na Rua do Freixieiro.

Barroca da Urgeiriça, está prometida irem tratar da barroca, mas continuo à espera.

Limpezas nas Ruas da Urgeiriça, continuam a ser feitas de longa data a longa data. Não é assídua a limpeza na Urgeiriça.

Escoamento da água na Rua do Freixieiro. Aquilo, quando chove, só de galochas. Já sei que a Câmara já se deslocou lá com Técnicos. Esperemos que agora façam a intervenção, que não chove.

Placas nalgumas ruas de Canas de Senhorim. Há ruas em Canas de Senhorim e há ruas com certa, como é que eu hei-de dizer? Certas passagens, que é: uma rua que vem de Canas de Senhorim a sair, cá em cima, ao Jardim-Escola João de Deus, a maioria das pessoas não sabem o nome da rua. Não há placas. E há mais ruas em Canas de Senhorim onde não há placas.

Tal como foi prometido na campanha eleitoral, construir uma Capela Mortuária no cemitério de Canas de Senhorim. Continuamos à espera. Tenho aqui provas que foi prometido na altura da campanha eleitoral. Sim, em Canas de Senhorim. Eu posso provar isso com documentos, que tenho aqui, da campanha eleitoral. Não sou eu que prometi, mas alguém prometeu.

Como vêem, isto não é meu. Não, mas estão a ver de quem é. Aliás, vocês, aí, de trás, não conseguem ler. Mas está aqui. Não sei se pode, se não pode. Sei que foi prometido. Mas está bem. Mas eu pus o cemitério. Pronto. Aí é capaz de ter razão. Mas eu também vou retificar. Também,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

se estou a errar, eu retiro o meu erro. Também, se estou a errar, eu retiro o meu erro. Mas, pronto, vamos lá ver: Toda a gente entendeu.

ETAR da Ribeirinha, já foi falado aqui, portanto, continua em construção.

O painel, toda a gente fala aqui nas Caldas da Felgueira, que é uma zona turística do nosso Concelho. Já pedi, por várias vezes, um simples painel alusivo às Termas das Caldas da Felgueira, na estrada, no cruzamento da Estrada Nacional n.º 231 com as Caldas da Felgueira, porque passam ali muitos autocarros de Turistas para as Caldas da Felgueira e ninguém sabe onde é as Caldas da Felgueira. Um simples painel, acho que era muito importante para a economia do nosso Concelho.

A conclusão da Estrada de Carvalhal Redondo – Canas de Senhorim. Continua a vergonha que está.

Já agora, gostaria de saber o seguinte: Saber qual é a atual dívida da Câmara Municipal de Nelas, dívida total, Fornecedores, tudo isso.

Gostaria de ter um esclarecimento do seguinte: Há conhecimento de toda a gente, ou, pelo menos, de quase toda a gente, que depois das eleições entrou faturação na Câmara, para cima de 3 milhões de euros. Gostaria de saber se o antigo Executivo deixou em caixa esse dinheiro para pagar estas dívidas.

Gostaria, também, de fazer um apelo, que a Câmara Municipal de Nelas, na reunião da Câmara, decidiu e muito bem, na minha opinião e aproveitava esta Assembleia para que houvesse alguém que propusesse um Voto de Louvor, de Louvor não, um Voto qualquer ao miúdo do nosso Concelho, que representou o nosso Concelho, Nelas. Falou várias vezes, Nelas. E não só em Nelas, não só no nosso País, representou também no estrangeiro. Foi falado no estrangeiro. Esse miúdo chama-se Gustavo Reinas, que ganhou o Festival. Gostaria que alguém apresentasse essa sugestão.

Muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Dr. Manuel Marques, faz favor.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Senhor Presidente, muito obrigado por me ter concedido este tempo para falar em assuntos de interesse, de relevante interesse do nosso Concelho.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Senhoras Secretárias.

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores, Senhora Vereadora.

Senhores Membros da Assembleia.

Digníssimo Público.

Eu vou fazer estes esclarecimentos para dizer o que determina os artigos 20.º e 26.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Projeto CAVES, em Santar. Dá-me a ideia que está parado. Ou, pelo menos, tenho passado por lá e não tenho visto a obra em execução. A pergunta que eu faço ao Senhor Presidente da Câmara: Se a obra não está mesmo em execução, o que é que se passa e porque é que não está em execução?

Depois, Senhor Presidente da Câmara, eu sei, ou, pelo menos, peço perdão se, de facto, este valor não é o real, que V. Ex.^a e o seu Executivo, quando foram empossados e poucos dias depois tomaram conhecimento que havia dívidas a Fornecedores, no valor de 1.600.000,00 euros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

sem procedimentos, sem cabimento. Eu pergunto-lhe: Se, de facto, isso é verdade? E que, se já pagaram? Ou estão a pagar? Ou que procedimento posterior tiveram a esta consequência?

Depois, Senhor Presidente da Câmara e também pode ser dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia, o Relatório da CPCJ, eu pergunto: se ele não era conclusivo, ou se não se entendia e ininteligível o que lá estava escrito, porque, parece-me que a Senhora Presidente que esteve aqui, sou sincero, aliás, eu já me casei uma vez, fiz um contrato, não faço outro, portanto, quer gostem de mim, quer não, não foi tratada dos melhores modos que devia ser tratada por quem desempenha de uma forma de carolice este tão brilhante cargo, como as demais que a antecederam, o fizeram.

E, orgulho-me muito, orgulho-me muito da forma como a Senhora Presidente da CPCJ unificou o espalhar do nosso Concelho naquele símbolo, no símbolo da Vila de Nelas. E quero aqui felicitá-la por essa atitude da Senhora Presidente da CPCJ.

A questão também é a água, que eu já previa, aliás, ia prever, escrevi durante vários anos, em 8 anos, mas mais incisivo, da minha parte, em 2019. Acho que foi em 2019. Mas, aí, corrigir-me-á o Senhor Presidente da Câmara Municipal, quando outorgaram um documento em que obrigava, exatamente, 2018, muito obrigado, exatamente, o aumento do tarifário da água.

Aliás, eu tanto barafustei por causa disto, tanto escrevi. Só que o que fizeram no anterior Executivo foi empurrar este problema com a barriga para a frente porque era o último mandato. Em 2018 já estavam no segundo mandato. Portanto, havia um terceiro. E este terceiro mandato, já não interessava a quem estava no Poder, aumentar em 2023, ou em 2022, porque já estava no Poder. É claro. Eu disse isso. Só não ouviu quem não quis e só não acreditou em mim quem não quis acreditar. E lamento, mais ainda, tanto eu sei também, porque porem em causa o Relatório, quando o Relatório, quando a Entidade que foi pedida para o Relatório, foi, de facto, ainda no anterior Executivo.

Outra questão, Senhor Presidente da Câmara, que o Senhor falou aqui há bocadinho, foi nas Caldas da Felgueira. Saiu-me caro um problema que aconteceu nas Caldas da Felgueira. Foi o terreno que um Senhor se apoderou de um terreno do Município. A pergunta que eu faço e o esclarecimento que eu quero saber é se este terreno já está na posse da Câmara Municipal, se já foi definido, porque houve uma sentença, transitada em julgado e um recurso, transitado em julgado, em que deu a razão ao Município em que o terreno era da Câmara Municipal. Eu gostava de saber se este terreno já está delimitado e se está na posse, depois do Doute Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra dar razão ao Município. Essa era uma questão.

Outra questão, Senhor Presidente da Câmara, que eu quero dizer-lhe, com o devido respeito que eu tenho por si, que é muito e digo-lhe que é muito, quer enquanto Cidadão, quer enquanto Presidente da Câmara. Se assim não fossem, certamente, hoje já andaria aqui no combate político contra V. Ex.^a, só lhe quero fazer uma pequena correção, os processos de contraordenação só são processos de contraordenação até à decisão administrativa. Depois de passarem para impugnação da decisão administrativa passam a judiciais. É a chamada impugnação judicial e não impugnação administrativa. É no Tribunal que se decide e se vai dirimir. É. Ó Senhor Vereador, é. Não, mas a pergunta que eu estou a dizer é a seguinte: Se os processos da Senhora Dr.^a que tem, se eram, ou não, já em sede de impugnação judicial. Á, ainda não foram. Á, pronto. Então, são, de facto, processos administrativos.

Era só isso, Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Assembleia. Muito obrigado por tudo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Dr. Manuel Marques. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Vou tentar ser sintético, mas tentar responder, cabalmente.

Eu, ao Senhor Dr. Manuel Marques, a questão do terreno das Caldas da Felgueira, a única coisa que eu posso tentar é perceber o que é do terreno das Caldas da Felgueira. Estou esclarecido. Muito bem. Posso prosseguir?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pode continuar.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado.

Vou começar pela intervenção do Senhor Arlindo Duarte. Na questão da dívida a Fornecedores, nós falámos aqui no início logo desse valor. Não sei se o Senhor Arlindo já cá estava, ou se ouviu, ou não. Nós estávamos a falar mesmo no documento da Informação do Presidente da Câmara, que é obrigatória para esta reunião, falámos que a dívida a Fornecedores atual é de 1.279.006,71 euros e que era uma dívida que andava muito à volta de 2,5 milhões de euros e esteve num patamar, na casa dos 3 milhões de euros. Portanto, sobre a dívida a Fornecedores, está feita.

Sobre os Votos de Louvor, dizer que os Votos de Louvor, na Câmara, não são espelhados no que é da Assembleia. Mas, o Voto de Louvor que falou ao Jovem Município Gustavo Reinas foi um Voto de Louvor que o Executivo apresentou, que foi secundado, naturalmente, secundado não no sentido de ir atrás, mas pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista e foi aprovado por unanimidade.

Entre outros Votos de Louvor, como ao Diogo Rocha pela estima que alcançou, como a outros Jovens pelos títulos alcançados, o André Coelho, como tantos Municípios que nós temos de grande qualidade, seja nas Artes, seja no Desporto, seja na Cultura, seja na Gastronomia, seja na parte dos Enólogos que ganham prémios, nas áreas que são distinguidos, com os Prémios Gazela, com os Prémios de PME,s de Excelência. Portanto, todos estes.

Houve empresas do Município que foram recentemente e muito bem, distinguidas de uma forma, absolutamente, notável pela Instituição que apoia, que era a Caixa de Crédito, Instituições do Concelho que alcançaram Prémios PME,s Excelência, como nós, muito nos orgulhamos disso.

Portanto, Votos de Louvor, nós temos feito. Ainda hoje fizemos, como aqui falámos, para os Agrupamentos de Escolas por causa do Carnaval da Criança, por causa dos Carnavais das nossas Associações Culturais ligadas aos Carnaval e às Marchas e à intervenção cultural. E estaria aqui a falar de muitos outros Agradecimentos e Votos de Louvor que foram feitos também em sede de reunião de Câmara.

E, em abono da verdade, será também altura de, depois, o próprio Município, além do que são os Agradecimentos, Reconhecimentos e Votos de Louvor, naquele que é o Feriado Municipal, que é o dia 24 de junho, de alguma forma e de uma forma reconhecida por parte do Município, fazer o Agradecimento e o Reconhecimento público a quem, no Município, projetou o Município e alcançou motivos de regozijo.

Mas, dizer ainda, que também para nós, por vezes nos esquecemos que, nestes processos de sucesso, há muitas outras questões que também são sucessos relativos. Os Clubes Desportivos, as Associações, que ocupam os nossos Jovens, que não atingem estas bitolas, mas esse é também o nosso Reconhecimento de quem alcança, ou quem atinge grandes resultados desportivos, ou fenómenos de projeção, mas o simples facto de serem felizes e esse complemento de haver a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

atividade complementar para uma formação holística tem um retributo tão grande como quem atinge estes níveis.

No que concerne ao longo elencar de obras de interesse para o Concelho, que o Senhor Arlindo referenciou, as passadeiras são questões que, como já foi dito ao Senhor Arlindo, as passadeiras não é de um dia para o outro que são feitas, não é a intervenção, mas implica uma intervenção concertada. São feitas, naturalmente, quando são feitas estas intervenções, em consonância, como não podia deixar de ser, com o Senhor Presidente.

O que é fazer uma passadeira não é, somente, tem a ver, depois, com os contextos. O Senhor Presidente da Junta já aqui falou uma vez e bem que a passadeira que pretende naquele espaço, tendo em conta o envolvimento, não é, propriamente, uma pintura no chão. Disse, mais ou menos, isto desta maneira e mantém. Portanto, há aqui questões que têm que ser feitas nesse sentido.

A barroca, na Urgeiriça, em abono da verdade, o Senhor Arlindo também precisa de mudar de dioptrias porque a intervenção já lá foi feita. Não foi feito tudo como o Senhor Municípe Arlindo Duarte pediu. Mas também, quando o Senhor Arlindo pede, o elenco é grande. Mas, deixe que lhe diga que a primeira intervenção, que era a prioritária, que o Senhor Arlindo identificava, que era a limpeza da barroca, já foi feita, Senhor Arlindo. Passe por lá e veja.

No que concerne à Rua do Freixieiro e do que elencou na Capela, a Capela estava, de facto, no Programa e nós sufragámos tudo o que são Programas das Juntas de Freguesia. Pronto. Mas eu, aí, também concluí que o Senhor Presidente não pode intervir, mas que é uma situação que está tratada da Capela, não é a Capela no cemitério.

O painel alusivo às Termas das Caldas da Felgueira, é verdade, o Senhor Arlindo já anda há uns tempos a falar nisso. A questão das Caldas da Felgueira é que as Caldas da Felgueira, há a centralidade grande das Termas. Mas há ali também questões das Termas das Caldas da Felgueira que estão em discussão, mas não é por causa disso que não está lá o painel. O painel poderá lá estar, se calhar, ainda no tempo que o Senhor Arlindo acha mais adequado. Fica também a recomendação, a sua insistência recorrente, há tempos, sobre o assunto e fica essa questão verificada.

A Estrada Carvalhal Redondo – Canas de Senhorim, concordo. Já lá foi feita uma intervenção. Não está concluída. Há o compromisso com o Senhor Presidente que tem esse intuito, que é um Senhor Presidente de Junta, à semelhança de todos os outros Senhores Presidentes de Junta, que quer o melhor para o seu território e que, naturalmente, nós temos o compromisso, que no primeiro ano, já falaram aqui do que foi a prioridade. E que, no segundo ano, com os Senhores Presidentes, têm esse compromisso assumido em reuniões que foram feitas, de intervenções, que não são intervenções de monta neste ano, mas que são intervenções que eles acham que são relevantes no que são as obras de proximidade para os seus Fregueses e assumidas com os Senhores Presidentes de Junta, serão, naturalmente, consignadas.

No que diz respeito à intervenção do Estimado Municípe Manuel Marques, falar da questão do Projeto CAVES porque não está em execução. Nós já falámos aqui sobre isso. O Projeto CAVES, há, nas reuniões que foram feitas com o empreiteiro havia, o Projeto CAVES teve, até como sabe, foi no mandato em que foi Vereador, teve um Projeto redimensionado para, sensivelmente, o dobro do que é o valor atual de cerca de 800.000,00 euros. E o Projeto foi sendo reprogramado. E, neste momento, o que nós estamos a falar é que temos um Projeto de 800.000,00 euros e temos com o empreiteiro questões para resolver que, a seu tempo, nós as poderemos falar, mas eu prefiro fazer as coisas de uma forma sem ser, não é politizar a coisa de uma forma como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ela não tem que ser feita. Mas é falar com as coisas com dados concretos, sem problemas de maior.

Isto porque, com o empresário houve necessidade de encetar negociações de forma que fosse levado a bom porto a empreitada com algumas exigências, digamos assim, supletivas, por parte do empreiteiro, que nós achámos e achamos, que não fazem sentido e que estamos cá para defender duas coisas: A conclusão da obra porque é determinante. E isso é o que a parte mais importante, até determinante para o território, mas é determinante para o Concelho, porque é um espaço que privilegia e que alavanca o Turismo do Concelho.

No entanto, há obras que têm que ser vistas despojadas da sua localização. O território é o mesmo. Temos uma proximidade grande. E esta obra é alavancadora, não para Santar só, mas para a Região. Portanto, a obra é para ser concluída e vai ser concluída. Ainda, recentemente, peço desculpa ao Senhor Presidente em o trazer à coação, se ele, não se importar, estivemos numa reunião, precisamente, sobre essa questão e, portanto, julgamos nós que estamos no bom caminho para resolver algumas questões que nós achamos que faz sentido serem levadas em conta por causa também do que é hoje os materiais, mas com a razoabilidade que tem que existir na defesa do interesse público.

No que concerne aos 1.600.000,00 euros, eu suponho que tinha a ver com as Responsabilidades Contingentes de 2021. É isso, Senhor Dr. Marques? Pois, é estas que eu estou a falar. Pronto, não são 1.600.000,00 euros, são 1.317,000 euros. Mas, pronto, 1.400.000,00 euros, sensivelmente. Estas despesas têm a ver com despesas sem procedimento que foram enviadas para a Inspeção Geral de Finanças e estão em Sindicância, como nós já falámos aqui. E temos toda a naturalidade em informar que está em Sindicância. Ainda não houve pronúncia sobre isso. E, portanto, estas despesas sem procedimento, tudo o que é despesas sem procedimentos estão na Sindicância. Não, estão em Sindicância. Estão em Sindicância, não estão a ser pagas. Não estão, de todo, a ser pagas. Por isso é que, pronto, estão em Sindicância.

Sobre a questão do Relatório da CPCJ, permita-me discordar, eu até acho que o sentimento generalizado de toda a gente foi, na Instituição em si, na CPCJ e todos os Membros que a constituem, foi louvarmos e elogiarmos o altruísmo, a dedicação, o voluntariado, na defesa das Crianças e dos Jovens. Eu senti isso da parte do Executivo. Senti isso das Bancadas da Coligação, da Bancada do Partido Socialista. E foi isso que eu senti também.

E, não sendo Advogado, já que estamos a falar de muitas coisas judiciais, não sou, de todo, Advogado de Defesa de ninguém, mas no que concerne, então, no que nós temos falado em termos de Executivo foi elogiar quem esteve lá, quem está lá e quem venha a estar.

Na questão da água, sim, tinha falado até que tinha havido, no que eram os Senhores Vereadores da Oposição, no que defendiam. Mas, pronto, foi aquilo que foi debatido aqui. Foi aquilo que nós falámos. Há uma exigência para nós cumprirmos. Há um objetivo claro de honrar o compromisso e, obviamente, de não sobrecarregar os nossos Municípios, o nosso erário público, com os 5 milhões de euros a devolver.

Caldas da Felgueira, o terreno da Praia Fluvial, não tenho informação suficiente que lhe possa responder hoje de uma forma concreta, sem estar seguro do que lhe estou a dizer. Tem o compromisso de eu ir averiguar e poder informar, depois, posteriormente.

Nos processos judiciais, julgo que já foram, de alguma forma, também justificados isso e o que está em questão.

Portanto, desta maneira, julgo que, de uma forma geral, digo eu, terei, de alguma forma, respondido às questões.

Obrigado, Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Não havendo mais esclarecimentos a prestar e dado o adiantado da hora, está encerrada a sessão.

Muito obrigado por terem vindo.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: